

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 50.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 18 de Maio de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silverio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Lasso e Sebastião Rodrigues Júnior (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário vai proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados requerida pelo Sr. deputado Emílio Carazzai.

(E feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 32-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 114-70, de autoria do Sr. Deputado João Mansur, fica regulamentada a assistência Médico Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado e das outras providências — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Para encaminhar à votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Veto que ora é submetido a este Plenário, e com ele retorna à nossa apreciação o Projeto de Lei n.º 114-70, nos conduz a registrar nos Anais desta Casa a posição que a Bancada do MDB vem mantendo com relação aos Votos governamentais.

Excepcionalmente, com referência a este caso, trata-se de um Projeto de relevante importância para a vida dos funcionários públicos estaduais e que foi amplamente debatido nesta Casa, que não poderia, consequentemente, ser levado uma vez mais aos arquivos do Poder Legislativo, com a indiferença com que continuamente são tratados por esta Casa, os Votos governamentais.

A Bancada do MDB, quase que sistematicamente tem se martido coerente com seu voto em Plenário e, nestas condições, tem votado favoravelmente aos Projetos de Lei, porque entendemos de que essa torrencial legislativa, em torno de projetos que são consequentemente ou previamente vetados, implica principalmente numa linha que vem ferir a coerência e a ponderação de que deve cercar o legislador ao dar seu voto.

Amplamente debatido o Projeto de Lei n.º 114-70, nada mais fez do que cumprir dispositivo constitucional. A Emenda em vigor no seu inciso II, do artigo 77, estabelece que o Estado promoverá a assistência hospitalar gratuita ao funcionário público do Estado e seus familiares. Consequentemente, o Projeto não pode ser enviado pela alegação de que implica, como diz a chefia do Poder Executivo, que envolve despesa pública, contrariando o disposto no artigo 35 da Constituição. Não há contradição ao artigo citado, uma vez que a própria Constituição, no seu Art. 77, estabelece a assistência hospitalar gratuita. Portanto, o Projeto nada mais fez do que regulamentar devidamente depois de passar pelas Comissões competentes e ser aprovado por unanimidade por esta Casa.

O Projeto diz: (I.ª): "Art. 1.º — A assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, nos termos do disposto pelo art. 77, inciso II, da Constituição Estadual, será prestada por intermédio do Instituto de Previdência do Estado, observando-se no que couber, os regulamentos específicos já em vigor."

Art. 2.º — Ao Poder Executivo caberá fornecer os recursos complementares para pagamentos das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o Instituto de Previdência do Estado; pelo sistema de restituição trimestral, das importâncias que forem efetivamente dispêndidas."

Nem poderia ter outro sentido o Projeto, Sr. Presidente Srs. Deputados. A Previdência Social no país, seja do funcionário público, seja do trabalhador que se baseia pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, ou mesmo seja do Trabalhador Rural, que se rege pelo Estatuto do Trabalhador Rural, enfim em todos os setores da nossa sociedade e atividade humana, caminha para que ela seja prestada aos contribuintes de maneira integral.

A socialização da medicina em nosso país é um fato que ninguém pode contestar. Nos centros mais adiantados, como Brasília, quase não mais existe o médico de clínica geral em seu consultório; ela é feita dentro dos hospitais. Isto tem sido feito nos grandes centros democráticos de todo o mundo.

Se a Casa aprovou este Projeto deve ter sido com base naquilo que se verifica nesses grandes centros. O Projeto não fere a Constituição do Estado. Poderá ter deficiências de ordem legislativa que, facilmente, serão corrigidas com legislações posteriores.

Uma vez mais, acredito que não estou falando em nome do Movimento Democrático Brasileiro mas nossa Bancada que tem votado livremente com relação aos Projetos que aqui têm tramitado, roramente manter-se-á ao lado do Poder Legislativo, porque é o Poder Legislativo que está com plena razão neste caso.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra; Pela Ordem, ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, a matéria se torna delicada, pelo fato de ter sido autor da mesma, o Deputado João Mansur. Tenho a impressão que este Veto será sumamente rejeitado pelo Plenário, segundo entendo, mas não queremos colocar Sua Excelência, o Líder da Bancada, em situação difícil.

Então, quero solicitar à Mesa que me conceda alguns minutos para que eu redija um Requerimento, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões; deste Veto, para que Sua Excelência o Líder de nossa Bancada tenha oportunidade de levar ao Sr. Governador, a preocupação da Casa no que tange a este Veto. Como este Requerimento tem que ser escrito, solicito somente o tempo necessário para elaborá-lo e encaminhá-lo à Mesa, para apreciação.

O SR. PRESIDENTE — Está Presidência concede o tempo necessário solicitado pelo Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Pela Ordem). Solicito a V. Exa., informação, se o Projeto continua em discussão, eis que desejo externar o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE — O Projeto acha-se em votação.

O SR. NIVALDO KRUGER — Então solicito a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Pela Ordem). Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Muggiatti Filho.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Sr. Presidente, com relação ao Requerimento do nobre Deputado Paulo Poli gostaria que a Mesa, ao deferir a matéria, observasse se há prazo para que se prorrogue a votação deste Veto, por 10 sessões, porque, se decorrer o prazo sem que o Veto seja votado, ele será tacitamente aceito pela Casa.

Era esta a minha observação, data vinda do Sr. Presidente e do Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, enquanto V. Exa. consulta sobre o prazo que ainda temos achando válida e procedente de certa forma a observação do eminente Deputado Muggiatti Filho, quero informar à V. Exa. que o Requerimento que estou redijindo será solicitando a retirada da Ordem do Dia, somente por 2 sessões.

Então V. Exa. observe o prazo para ambos os casos.

Estou reformulando o Requerimento, que acho necessário, para que Sua Excelência o Líder da Bancada da ARENA nesta Casa leve o problema ao Sr. Governador.

(E encaminhado o requerimento)

### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental a retirada por duas sessões do Projeto de Lei n.º 114-70, Proposição n.º 32-72.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) — Paulo Poli"

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento apresentado que adia por duas sessões a discussão do Veto. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22; às 14.00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 33-72.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 51.ª Sessão Ordinária Realizada em 18 de Maio de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silverio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Igo Lasso e Sebastião Rodrigues Júnior. (2)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGEM

21/72

Curitiba, 15 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), destinado à implantação do Instituto Agrônomo do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado



TERMO DE CONVENIO CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE, PELO GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZACAO DA CAFEICULTURA (GERCA) E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANA, PARA A IMPLANTACAO DO INSTITUTO AGRONOMICO DO NORTE DO PARANA.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE, pelo seu Grupo Executivo de Racionalizacao da Cafeicultura (GERCA), representado neste ato pelo seu Presidente em exercicio, Doutor João Ribeiro Junior e seu Diretor, Doutor Osmany Junqueira Dias, o primeiro tambem Presidente em exercicio do GERCA, devidamente autorizado pelo Conselho Deliberativo do mesmo e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANA, neste ato representado pelo seu Governador, Doutor Paulo Cruz Pimentel, acordam pelo presente instrumento realizar a implantacao do Instituto Agronomico do Norte do Parana, mediante as condicoes e clausulas seguintes:

**Cláusula Primeira** — O Governo do Estado do Paraná empenhará a favor da implantação do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, criado pelo Decreto n.º 20.621, de 07.7.1970, com Fundamento na Lei n.º 6.601, de 16 de Dezembro de 1969, e subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, as dotações específicas previstas na mesma lei e nos orçamentos anuais do Estado, bem como todos os critérios que lhes forem destinados.

**Cláusula Segunda** — O IBC/GERCA, como auxílio para o fim de implantação do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, inclusive para aquisição de imóvel e aparelhamento indispensável aos seus serviços depositará em conta especial de depósito na Agência do Banco do Brasil S.A., em Londrina, vinculada à referida implantação, e disposição da Comissão mencionada na Cláusula Terceira, a importância de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), conforme Resolução n.º 108, de 3 de junho de 1970, do Conselho Deliberativo do GERCA e proveniente do Fundo de Defesa dos Produtos Agro-Pecuários-Café, conforme autorização do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 11 de junho de 1970.

**Cláusula Terceira** — O programa de implantação do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, bem como a aplicação dos recursos oriundos do presente Convenio, serão executados por uma COMISSÃO PARITÁRIA, constituída de dois representantes do Instituto Brasileiro do Café — GERCA e de dois representantes do Governo do Estado do Paraná, designados para tal fim pelo Presidente do IBC e pelo Governador do Estado do Paraná, respectivamente, ficando a mesma Comissão incumbida de elaborar o Plano Diretor do I.A.N.P. (Organograma e Regimento), bem como contratar obras e serviços que se fizerem necessários, com observância das normas legais.

**Cláusula Quarta** — A movimentação dos recursos destinados à instalação do I.A.N.P. será efetuado sempre sob a responsabilidade conjunta de dois dos componentes da Comissão Paritária, sendo sempre um do IBC e outro do Governo do Estado, de acordo com regimento interno que elaborará.

**Cláusula Quinta** — O Governo do Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café, acordam em acentuar como aspectos fundamentais de programas das atividades básicas do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, as seguintes, e que deverão ser realizadas em estreita colaboração com os órgãos afins:

- Estudos de normas necessárias ao estabelecimento de bases para a racionalização e fixação da cultura do café no Estado do Paraná;
- Estudos agronomicos destinados à determinação de normas a serem aplicadas no desenvolvimento de culturas diversificadoras;
- Estudos relacionados à conservação e à fertilidade dos solos, bem como a recuperação dos mesmos nas regiões decaídas;
- Estudos de normas operacionais visando a exploração agrícola regional, em base de alta produtividade e de economicidade.

**Cláusula Sexta** — Ao Instituto Brasileiro do Café caberá a direção do setor da cafeicultura, por um técnico de reconhecida idoneidade e capacidade, indicado pela Autarquia.

**Cláusula Sétima** — As partes acordantes manifestam desde logo o seu total interesse a que o presente Convenio, tão logo se efetive e instalação do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, seja ampliado de modo a receber a colaboração do Ministério da Agricultura, das Universidades do Paraná e de outras entidades oficiais e/ou da iniciativa privada.

**Cláusula Oitava** — O Governo do Estado do Paraná reconhece e confere, por sua vez, toda autoridade à comissão já convidada pelo IBC/GERCA para indicar a localização conveniente, no Estado do Paraná, do Instituto Agronomico do Norte do Paraná, bem como escolher a área rural a ser adquirida para a instalação do mesmo.

**Cláusula Nona** — O presente Convenio e bem assim a Comissão Paritária de que trata a Cláusula terceira, extinguir-se-ão após a aplicação da verba referida na Cláusula segunda.

**Cláusula Décima** — A Comissão de Implantação deverá semestralmente, a partir desta data, prestar contas das despesas realizadas, às partes acordantes, bem como apresentar relatórios circunstanciados das atividades exercidas, providências em curso e demais informes que lhe forem solicitados, podendo o IBC e o Estado, em qualquer tempo, promover a verificação e a fiscalização do andamento do programa.

**Cláusula Décima Primeira** — O não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente Convenio, implicará na sua rescisão, revertendo ao IBC, de imediato, o saldo existente na conta que ora se abre, responsabilizando-se o Governo do Estado do Paraná pela devolução do total dos recursos referidos na Cláusula Segunda, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da rescisão.

**Cláusula Décima Segunda** — Encerrado o presente Convenio, todo o material adquirido será incorporado ao patrimônio da Secretaria da Agricultura, passando a constituir bens do Estado do Paraná.

**Cláusula Décima Terceira** — Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para qualquer ação decorrente do presente Convenio, até mudança da sede do Instituto Brasileiro do Café para Brasília.

**Cláusula Décima Quarta** — O presente Convenio está isento do pagamento de quaisquer impostos, na conformidade da imunidade tributária fixada no artigo 19, n.º III, letra a § 1.º da Carta Magna.

E, para validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente Convenio, o qual, depois de lido e achado certo, vai assinado pelas partes contratantes, já mencionadas, e pelas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1970.

(aa) João Ribeiro Junior  
Osmany Junqueira Dias  
Paulo Cruz Pimentel

Testemunhas:

1. — ...
2. — ...

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Do Senhor Benedito Felipe Rauen, Procurador da Justiça Militar do Estado da Guanabara, agradecendo o voto de congratulações apresentado nesta Casa, pelos Deputados Domício Scaramella, Quilise Crisóstomo da Silva, Wilson Fortes e Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, bem como encaminhando ofício n.º 222 do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, com o qual foi apresentado à Procuradoria Geral da Justiça Militar. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o n.º 14-72, do Senhor Agostinho Rodrigues, Deputado Federal, comunicando haver sido reeleito para a Presidência da Comissão de Segurança Nacional, em Brasília. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 485.72, do Senhor Ramon Sanches Filho, Presidente da "UPES", nesta Capital, apresentando um Voto de Aplausos e Solidariedade ao projeto de lei de autoria do Deputado Maurício Frust, apresentado nesta Casa, visando a instituição de um concurso de redações sobre a temática "A Importância do Poder Legislativo para o Desenvolvimento do Paraná". — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

## CONVITES:

Da Senhora Maria de Lourdes C. de Oliveira, Diretora do Grupo Escolar Dr. Ermelino de Leão, convidando os Senhores Deputados desta Casa para participarem da festa de inauguração do Ambulatório da Cruz Vermelha Juvenil, que receberá o nome de "Ambulatório Dr. Lauro Grein Filho". — Ao conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, registre-se na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Schulman, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, pela nomeação do Doutor Carlos Eduardo Accioly Bittencourt como Diretor do Departamento de Rendas Internas.

Doutor Carlos Eduardo Accioly Bittencourt tem prestado relevantes serviços ao Estado, funcionário exemplar, tendo ocupado o cargo de Chefe de Gabinete da Rasta Fazendária durante 10 anos.

Requer, outrossim, após a aprovação deste, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda e ao novo Diretor, cumprimentando-os.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) Paulo Poli

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer o Arquivamento do Projeto de Resolução n.º 12-68.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial composta por 3 Deputados e um jornalista da Casa, a fim de manter entendimentos com o sr. João Havelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, visando a inclusão de mais um clube do Paraná no Campeonato Nacional de Futebol a realizar-se no ano em curso.

Requer, ainda, que, se aprovado o requerimento em apreço, a Comissão seja designada hoje mesmo, a fim de que os seus integrantes possam seguir viagem ao Rio, de imediato, de vez que a CBD deverá decidir sobre a inclusão ou não de mais um clube do Paraná, nos próximos dias.

O requerente é de opinião que esse assunto merece atenção especial desta Casa, de vez que está em jogo o prestígio do nosso futebol e, consequentemente, de nosso Estado. Lembra, ainda, que, faz pouco tempo, o próprio Governador Parigot de Souza, além de outros parlamentares desta Casa se interessaram pelo assunto e enviaram mensagens às autoridades competentes, inclusive ao Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura. Somos de opinião que em contato pessoal de uma Comissão desta Casa com os dirigentes da CBD poderia alcançar sucesso. Daí a nossa solicitação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) Antônio Belinatti

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado apelo ao Senhor Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., respectivamente, a fim de que os mesmos determinem providências urgentes objetivando a conservação e melhorias das estradas do Noroeste paranaense tal o abandono em que se encontram.

A reivindicação ora apresentada é o reclamo de toda a coletividade da região do Noroeste a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para debelar estas deficiências em importante rodovias de escoamento e abastecimentos dos Municípios da Região Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) Wilson Fortes

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado apelo ao Excm. Sr. Ministro da Agricultura com o objetivo de criar e instalar em convênio com os Municípios de União da Vitória, Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Porto Vitória, Paula Freitas e Paulo Frontin, uma patrulha agrícola mecanizada, visando um maior desenvolvimento da agropecuária em toda essa imensa Região Sul do Estado do Paraná.

A sugestão ora proposta, prende-se a razões de ordem econômica-social, pois que, pela fase de expansionismo por que passa o nosso País, torna-se



cada vez mais urgente que se dinamize os processos técnicos, levando-os até ao homem do campo, para que ele tenha condições de racionalizar as operações lançando mão desses novos conhecimentos, principalmente, os ligados à agricultura e à pecuária, pois não se pode colocar em segundo plano as fontes de matérias primas para a indústria e alimentos.

Com a utilização de equipamentos adequados, haverá um aprimoramento da mão de obra e um melhor padrão de vida da população do interior.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(a) Domicílio Scaramella

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 51-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao Alargamento da estrada que liga o distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à Sede do Município de Guaraci.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1972,

(a) Quilse Crisóstomo

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga o distrito de Santa Zélia, Município de Guaraci atravessa uma rica região, mas é muito estreita, dificultando por isso mesmo o tráfego na mesma. A dificuldade maior, que era a travessia do rio Bandeirantes, já foi superada com a construção de uma ponte de concreto. Agora, com o seu alargamento, objeto deste Projeto de Lei, a estrada atenderá perfeitamente aqueles que por ela trafegam.

##### Projeto de Lei n.º 52-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Dr. Edgar Távora" um dos estabelecimentos de ensino de segundo grau desta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1972

(a) Maurício Frucht

Justificativa em anexo.

O Dr. Edgar Távora nasceu a 16 de julho de 1917, em São Mateus do Sul, Pr., falecendo a 22 de dezembro de 1971, em Curitiba. Era filho do Dr. Maurício Távora e D. Maria da Luz Távora.

Seguindo as trilhas de seu pai, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1943.

Desde os seus primeiros tempos de estudante, revelou dotes oratórios, tendo sido Orador de Turma e 2.º Orador do Centro Acadêmico "Hugo Simas", participando de vários movimentos estudantis.

De 1939 a 1945, residiu no Município de Irati, onde foi professor no ginásio local. Casando-se com D. Leoni Calderari, transferiu-se em seguida para o Norte do Estado, fixando-se em Londrina, passando a exercer a advocacia e o magistério secundário.

Foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Londrina, tendo exercido o seu Mandato no biênio 1950-51.

Em 1951 foi convocado para substituir o Deputado Amadeu Puppi, como 1.º Suplente que era, do Partido de Representação Popular.

Durante sua vivência no interior, participou intensamente da vida pública e cultural da comunidade quer escrevendo para jornais e para revistas jurídicas, pronunciando palestras e conferências, exercendo o magistério, quer emprestando a sua colaboração ao trato da coisa pública.

Sempre fundando suas convicções num idealismo sadio, foi um dos organizadores do Partido de Representação Popular na zona Norte do Estado, participando ativamente de seus movimentos e campanhas.

Fez parte da Comissão Especial de Terras, encarregada de estudar e solucionar problemas de desajuste social, surgidos com a ocupação de terras devolutas na zona compreendida por Arapongas, Centenário do Sul e São Sebastião do Guaraci.

Em 1951, quando ainda exercia o mandato de Deputado Estadual, foi convocado para exercer as altas funções de Procurador Geral do Estado, funções que exerceu pelo período de três anos e meio.

Após deixar a Procuradoria continuou exercendo a advocacia, passando também a emprestar valiosa colaboração à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, no trato dos gravíssimos problemas sociais que surgiam novamente, pela ocupação de terras devolutas.

Em 1963, foi reconduzido à Assembléia Legislativa como Deputado Estadual pela F.R.C.T. (Frentinha), onde desenvolveu intenso trabalho jurídico-legislativo, tanto individualmente, como quando Presidente e Membro de importantes Comissões Técnicas, como as de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Reforma à Constituição e outras.

Ainda em Curitiba, colaborou com o Serviço Público Municipal, sendo Diretor do Departamento Jurídico de nossa Prefeitura, de novembro de 1954 a novembro de 1962, nas gestões dos Prefeitos Ney Braga e Iberê de Mattos. Passou também a exercer o magistério Superior, como Catedrático da Universidade Católica do Paraná e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, grandemente admirado por seus alunos. Sua atuação como mestre, levou a Universidade Federal do Paraná, a indicá-lo como seu representante, para cursar a Escola Superior de Guerra, curso que infelizmente não pôde realizar.

O sindicalismo rural e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, devem a Edgar Távora a sua implantação básica.

Católico fervoroso, verdadeiro apóstolo do cristianismo, era membro da Ordem Terceira, atuando intensamente na propagação da doutrina cristã com fé e humildade.

A sua inusitada cultura era sempre solicitada, no que ele acedia com desprendimento. Assim foi Presidente e Vice Presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes e Membro do Conselho de Administração do I.N.O.C.O.O.P.

Após a Revolução de março de 1964, tendo se afastado das lides políticas, foi indicado para integrar a Comissão Geral de Investigações (C.G.I.), Seção do Paraná. Seu idealismo de justiça, sua retidão de caráter, sua in-

tegridade indiscutível, sua vida cívica exemplar, seu notável saber jurídico, conduziram-no a este difícil posto, onde tudo deu de si, num desejo ilimitado de servir ao bem comum.

Estudioso contínuo das Ciências Jurídicas, produziu notáveis trabalhos, principalmente no ramo do Direito Público e que foram publicados tanto em jornais da Capital e do interior, como em importantes revistas especializadas.

Destacou-se sempre como Conferencista e Palestrista, tarefas que evidenciavam o seu dom de oratória, a par da inigualável cultura, sempre posta na busca da verdade e do esclarecimento, com o objetivo finalístico de alcançar a Justiça, dignificando o ser humano.

A morte colheu-o em plena maturidade produtiva roubando ao Paraná, um de seus filhos mais brilhantes e dedicados.

##### Projeto de Lei n.º 53-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoreira, São Pedro do Florido e Fontes Bela, numa extensão de 53 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada que pretendemos transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, é de grande importância na ligação viária do Sudoeste do Estado. Além de permitir a ligação entre dois importantes Municípios, é meio de acesso mais fácil daquela região para o Sul do País.

Assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente plano de Lei.

##### Projeto de Lei n.º 54-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado, constante de um lote de terreno, com 800 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados) de área e respectivo prédio, constituindo parte do imóvel Santo Antônio, localizado no Distrito de Planchita, Município de Santo Antônio do Sudoeste, inscrito no Registro de Imóveis do referido Município sob o n.º 995, onde funciona atualmente o Ginásio Rui Barbosa, mantido pela referida entidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

#### JUSTIFICATIVA:

O prédio que é objeto da presente autorização legislativa, era anteriormente ocupado pelo destacamento da Polícia Militar, que passou a utilizar-se de novas instalações. Hoje, esse imóvel é ocupado pela Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, que mantém ali o Ginásio Rui Barbosa.

Portanto, a doação que se pretende efetivar tem inteira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, tem havido desta Tribuna um verdadeiro desfile de protestos sobre uma série de irregularidades ocorridas em vários setores do nosso Estado, e não só de Deputados da Bancada da Oposição como dos Deputados da Bancada do Governo, a exemplo de nós próprios, dias passados que aqui estivemos criticando falhas do atual Governo.

Se é lícito que se critique e censure aquilo que achamos errado, dever nosso também é, que ocupemos esta Tribuna para destacarmos aquilo que achamos correto aquilo que achamos justo e que julgamos certo.

Assim é, que na tarde de hoje aqui estamos no Pequeno Expediente, para registrarmos o nosso testemunho da maneira simpática e eficiente que sempre somos recebidos nas Secretarias do Governo, dos Negócios da Fazenda, quando nos dirigimos àquela Pasta. S. Exa. o Sr. Maurício Schulmann sempre atende com solicitude, sempre aborda objetivamente as questões que levamos à sua apreciação.

Ainda ontem à tarde quando aguardávamos audiência com S. Exa., vimos o nosso eminente líder João Mansur acompanhado de um grupo de homens de empresa que se dirigiam àquela Secretaria com o intuito de dar mais amparo, mais amor e mais apoio à indústria do nosso Estado.

Era o nosso líder nas suas funções de estimular e incentivar a nossa indústria. Não conversei com S. Exa. quando sala do gabinete, mas vi pela sua expressão fisionômica, pela expressão dos homens da indústria e de imprensa que o acompanhavam; aquele sorriso satisfeito, alegre, de homem que foi bem tratado, com a educação e respeito. Então eu quisera deixar registrado nos Anais da Casa os nossos votos efusivos de aplauso e de respeito, de estímulo ao titular daquela Pasta.

Ainda ontem, tivemos a grata satisfação de saber também que S. Exa. acaba de propor ao Sr. Governador do Estado a nomeação de um novo Diretor do Departamento de Rendas Internas, que é um órgão muito complexo, cujos diretores que têm ocupado aquele Departamento, têm sido motivo de acerbas críticas por parte de parlamentares que quase sempre são justificadas nesta Casa. E desta feita nós nos parabenizamos com S. Exa.; eis que o Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Maurício Schulmann, indica para a direção daquele importante Departamento, o Dr. Carlos Eduardo Accioly Bittencourt, que será o futuro Diretor daquele Departamento cujo Decreto deverá — se já não foi — assinado hoje.

O Dr. Carlos Eduardo Accioly Bittencourt tem prestado relevantes serviços ao Estado. É um funcionário de alto gabarito; é um homem que sempre nos recebe com um sorriso e com muita humildade. Durante este pri-



meio ano, desde que chegou à Secretaria da Fazenda, sempre esteve com as portas abertas; sempre nos recebeu com respeito, assim é que nós encaminhamos na tarde de hoje a apreciação da Casa um Requerimento que já foi lido por S. Exa. o Sr. Secretário, com votos de aplausos a ambos: ao Sr. Secretário da Fazenda e ao Sr. Dr. Carlos Eduardo Accioly Bitten court, por esta nova função.

Estas eram as palavras que queríamos deixar aqui registradas na tarde de hoje, para que o povo saiba que estamos aqui não somente para dizer amém; não somente para concordar. Na maioria das vezes nós temos protestado; na maioria das vezes estamos divergindo. Mas hoje, reconhecemos que se fazia necessário este nosso pronunciamento, porque estimular os juízos também é o dever do parlamentar. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos, ao declarar o nosso voto contrário à aprovação do Projeto de Lei n.º 5-72, oriundo da Mensagem Governamental 1-72, justificarmos o nosso pensamento. Não votaremos contra a Proposta pelo fato de pertencer a uma Bancada oposicionista. Voltaremos através de uma análise que fizemos, para justificar o nosso comportamento. O "Jornal do Brasil" de 10 dias atrás, aproximadamente, num artigo de quase um quarto de página, sobre o título: "Pesquisa revela que salário não dá nem para a comida", dados que consideramos irrefutáveis, fornecidos pelo DIEESE, é a sigla do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. É uma análise: feita que não vou ler, que seria demais cansativo os Senhores Deputados ouvirem.

No entanto, queremos analisar a situação a nosso modo, fazendo uma crítica construtiva à Mensagem que nos foi enviada. (Lê):

"No momento em que nesta Casa se debate o Projeto de Abono do funcionalismo público civil e militar do Estado, fazemos nossa declaração de voto contrário à Mensagem encaminhada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado. Bem sabemos das grandes dificuldades que se defronta o Estado, no tocante à arrecadação de tributos; problema esse que vem já ocorrendo há algum tempo, porquanto o aumento real nos dois últimos anos não ultrapassa os 5% anuais.

Também somos conhecedores da intenção do Sr. Governador em dotar o Estado de uma infra-estrutura econômica, condição essa necessária para que o Paraná possa aumentar o seu produto interno e, consequentemente, gerar um maior aumento de arrecadação.

Na atual conjuntura, o aumento da arrecadação estadual somente poderá se concretizar por duas vias:

1) — Aumento do Produto Bruto Estadual;

2) — Melhorar o aparelho Fisco-Arrecadador."

É desnecessário afirmar aos Deputados que sem arranjarmos recursos de nada adianta queremos elevar para 15, 20 ou 25% o aumento do funcionalismo público, estadual.

Como essas duas variáveis são de demorada resposta e toda a arrecadação está assentada em grande percentagem na produção cafeeira que apresenta um comportamento bastante irregular, bem como dos produtos exportáveis gozarem de créditos no ICM, principal fonte de tributos estadual; assim sendo, a arrecadação não poderá aumentar substancialmente a curto prazo.

Nossa posição, contrária à proposição governamental, baseia-se no fato de que não pode haver Desenvolvimento Econômico sem levarmos em consideração o aspecto social e humano da população.

Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE, revela que no Brasil a despesa de um trabalhador para alimentar uma família de quatro pessoas é 42% maior do que o maior salário mínimo no País.

Por esta análise os Srs. Deputados percebem o absurdo no que se trata deste problema angustiante para o trabalhador brasileiro, uma vez que este Departamento prova que uma família de quatro pessoas necessita de um aumento de 42%.

Portanto, a questão de estabelecimento de um salário que possa satisfazer a todas as necessidades familiares do trabalhador, não aflije somente o Paraná.

Dos mecanismos que dispõe, o Governo Federal está procurando de todas as formas, como temos observado recentemente, promover uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Por outro lado, procedemos à comparação dos vencimentos do funcionalismo público estadual com o federal e o salário mínimo para o Paraná, a partir de 1966 até 1972. O salário tomado como base foi o de nível A, porquanto diz mais de perto à grande maioria da população.

Foram corrigidos esses valores através do Índice Geral de Preços, dado pela Fundação Getúlio Vargas, de forma a eliminarmos o efeito da inflação, e ainda, supondo uma taxa de inflação para 1972, no entorno de 15%.

A conclusão a que chegamos é de que o aumento real do funcionário público estadual foi de quatro cruzeiros e oitenta centavos, e o federal foi de vinte e um cruzeiros e quinze centavos, em sete anos.

O funcionário federal que em 1966 percebia duzentos e oito cruzeiros e trinta e cinco centavos, em 1972 percebe duzentos e vinte e nove cruzeiros e cinquenta centavos; e o funcionário estadual que percebia em 1966 duzentos e dez cruzeiros e setenta e sete centavos, percebe em 1972 duzentos e vinte e três cruzeiros e sessenta centavos; observamos pelo exposto, que hoje o funcionário federal, em termos reais, recebe bem mais que o funcionário estadual.

Houve uma inversão nestes últimos sete anos.

Sr. Presidente, Senhores Deputados: Bem sabemos que essa proposição será aprovada, pois a Bancada da ARENA atenderá ao chamamento do Governo. Todavia, apelamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, à sua sensibilidade de homem público que, conforme deixou entrever, em suas declarações fará ainda este ano, uma correção nos vencimentos do funcionalismo estadual, atendendo aos apelos dessa nobre classe, da qual muito depende o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse comparativo que fizemos prova que a nossa argumentação é válida. E de qualquer maneira, deverá ser aceita pelos Srs. Deputados.

O nosso quadro demonstrativo prova que em 1966, o funcionário público estadual ganhava Cr\$ 78,75, e hoje, em 1972, ele percebe Cr\$ 257,24; e o funcionário federal que ganhava, em 66, 75 cruzeiros, portanto, 3 cruzeiros e 75 centavos, menos que o estadual, hoje, em 72, ganha 264 cruzeiros, portanto, 11 cruzeiros e 40 centavos mais que o funcionário estadual.

E é contra essa discrepância que nos insurgimos. E como afirmamos queremos, antes de mais nada, nesta crítica que fazemos à Mensagem Governamental, que a solução para esse impasse seja o aparelhamento do órgão fisco-arrecadador."

Mas vamos passar à Mesa este trabalho para que os Srs. Deputados possam analisá-lo e estudá-lo e verificarem que a nossa crítica é justa, com argumentos inbatíveis e que jamais poderia ser distorcida estas nossas argumentações.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur de Souza, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lendo): "A imprensa nacional, bem como a do Paraná, divulgou o último notícia sobre a ação do Governo do Estado no sentido de mobilizar o empresariado para investimentos na área paranaense mediante um programa conjunto BADEP-COPEL, cujo significado não pode passar pelo registro.

Era uma ação desse tipo que há muito tempo se vinha esperando para evidenciar a investidores potenciais, as oportunidades concretas que o Estado oferece para empreendimentos altamente reprodutivos no setor privado da economia.

O alto gabarito dos dois organismos estaduais que agora somam seus esforços para esse fim — o Banco de Desenvolvimento do Paraná e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — reveste, sem dúvida, da maior seriedade o cometimento anunciado.

Essa conjugação de esforços não é um passo apressado, a partir do marco zero, que amanhã possa cair no vazio, por falta de um terreno firme, mais adiante, mas a resultante positiva de providências e medidas anteriores, cujos desdobramento converge agora no programa definido de um Governo que sabe onde quer chegar, e como fazê-lo para alcançar seus objetivos.

Esta Casa, Srs. Deputados, melhor do que ninguém, pode dizer da importância para que a infraestrutura se constituísse e para que hoje se chegasse a esse ponto de atrair capitais estrangeiros e mostrar nossas riquezas."

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. não é muito assíduo na Tribuna, mas as poucas vezes que aí aparece, traz a apreciação da Casa assunto de profundidade. Ao iniciar relatando o que pretende ler pra' esta Casa, já no início, recebemos subsídios da profundidade e delicadeza é importância do assunto. Quero, nobre Deputado, paralelamente à simpatia pessoal que já voto a V. Exa. há muito tempo, quero congratular-me porque há poucos minutos passava por essa Tribuna destacando a atuação do Sr. Secretário da Fazenda, no estímulo que tem dado nesse setor. Disse ainda que encontrei naquela mesma Pasta o eminente líder, também tratando de assunto dessa natureza. Isso, de fato, projeta o Paraná. Essa, realmente, a função que o Parlamentar, conscio de seus deveres e suas obrigações parlamentares que se preocupa pelas finanças, pelo estímulo à indústria, deve exercer. Portanto, nobre Deputado, só me resta estender a V. Exa. mais uma vez, meus cumprimentos.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Obrigado. Nós sabemos, quando iam abordar tal assunto, que pela transcendência do mesmo, ele conjugaria esforços e o interesse de todos os Deputados, com assento nesta Casa. A presença de V. Exa., há poucos instantes, nesta Tribuna, abordando assunto correlato, demonstra que, como Deputado do seletório paranaense; V. Exa. está também conjugando seus esforços, trazendo à baila assunto que diga respeito ao empenho que o Paraná faz para crescer.

Mas, estávamos dizendo, nobre Deputado, que nesta Casa mesmo vivemos crises, em que o Paraná não tinha a oferecer uma obra de infraestrutura que pudesse atrair capitais estrangeiros para este Estado. Recordo-me muito bem, que quando Curitiba estava a braços com um raciocínio tremendo e assumia o Governo do Estado S. Exa. o Sr. Governador Ney Braga, pensava-se até — vejamos a iniciativa que era cogitada, esdrúxula — em ancorar no Porto de Paranaguá um navio-usina e trazer para cá energia elétrica que carecíamos tanto.

E, hoje, temos a oferecer estradas, temos a oferecer energia elétrica, temos a oferecer, muito em breve, a Central do Paraná, agora impulsionada novamente, porque outra vez são assinados novos contratos para a conclusão de outras obras.

Essa conjugação de esforços não é um passo apressado, como dizíamos, que partisse do marco zero.

Em verdade, há pouco tempo o Exmo. Senhor Secretário da Fazenda, Dr. Maurício Schulman, valendo-se da oportunidade de integrar a comitiva do Ministro da Fazenda na viagem ao Japão, encetou vários contactos com empresários e instituições capazes de canalizar recursos financeiros para investimentos no Paraná.

Doutro lado, em fins do ano passado, o Presidente da Copel, Engenheiro Artur Andreoli, em viagem à Europa, estabeleceu uma série de contactos com dirigentes de grupos financeiros e organizações empresariais, buscando motivá-los para as boas perspectivas de investimentos no Paraná.

A Copel, que é hoje a nossa maior empresa de eletrificação, tem disponibilidade de energia elétrica para vender e está empenhada em atrair investimentos de porte, que façam utilização maciça do Kwa, considerado um fator de grande efeito multiplicador na expansão e diversificação da economia.

Ainda há pouco, a preocupação da Copel em baixar o preço do Kwa industrial, porque sentia que aquele preço que fornecia energia elétrica não poderia estar atraindo o capital e não poderia estar desenvolvendo um clima para indústrias em nosso território porque outros Estados ofereciam energia elétrica a preços mais compensadores.

O Sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. está abordando um tema muito interessante, que é o preço da energia elétrica. Pelo interior do Paraná ouvimos uma grita constante de que a COPEL tem, majorado, isto até parece rotina, o preço da energia, se bem que a matéria esteja vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia.

Pergunto a V. Exa. que traz assunto tão importante, dentro o qual destaca a baixa do preço da COPEL, qual a redução que houve por quilowatt e qual o preço por quilovolt.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Se V. Exa. está prestando atenção no meu discurso poderá observar que estou me referindo ao quilovolt oferecido à indústria.

A grita maior, que nós Deputados temos sentido, é com relação a energia elétrica oferecida a particulares, a chamada energia residencial. Estou abordando estritamente o campo industrial. Não entendo do detalhe de preço por quilovolt porque não sou técnico no assunto, mas poderia



dizer a V. Exa. que, há poucos dias, li um confronto de preços, numa conversão para dolares, que prova que a energia cobrada aqui no Brasil em relação a de outras Nações desenvolvidas, porque não somos considerados uma Nação desenvolvida, é mais barata.

V. Exa. há de convir que se estamos atraindo capitais, se indústrias estão vindo para nosso Estado, — esses homens que são frios, que calculam à base comercial, acham que há lucro, que há vantagem, que há compensação em vir para nosso Estado — é porque a nossa energia não é tão cara como possa parecer à primeira vista.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está discorrendo muito bem sobre o problema energético do Paraná, V. Exa. citou um exemplo de há dois governos atrás; que a grande preocupação do Governo de então, Ney Braga, era manter uma usina geradora para que pudesse oferecer energia.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Era uma medida um tanto maluca.

O Sr. Paulo Poli — O problema está sendo muito bem posto por V. Exa. Segundo o próprio governador Ney Braga a COPEL não poderia oferecer energia barata porque o custo da energia era caro uma vez que a maioria dos conjuntos eram Diesel.

Hoje, graças a uma equipe de trabalho, a COPEL tem energia em abundância. O faturamento subiu e a própria COPEL tem mercadoria para vender que é a energia. Antes não tinha porque a energia proveniente dos conjuntos Diesel era uma energia quase que artificial, não era uma energia fluente; então é uma mercadoria que temos em abundância, e esta Empresa está agindo corretamente sob o ponto de vista técnico comercial. Acho que está certo, e a preocupação clara da COPEL é realmente oferecer condições à indústria, para que se fixe no Paraná.

Não obstante o alerta feito a esta Casa pelos Deputados de ambas as Bancadas, também é válido, não deixa de ser subsídio, não me oponho ao aparte do Deputado Antônio Belinati, porque de certa forma é uma observação e o Deputado tem o dever de trazer esta reclamação a esta Casa, consequentemente justificando a sua atuação.

Mas, a verdade é a seguinte: que hoje a COPEL de fato tem condições e nós temos que louvar a atitude desta empresa.

Ainda ontem, o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", na sua última página, falava alguma coisa a respeito do que V. Exa. hoje cita. Portanto, V. Exa. está interpretando muito bem o problema.

Mais uma vez, me parabensismo com V. Exa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Hoje, quando nós raciocinamos, planeja, mas em termos de futuro, é na base de computadores; são dados precisos, e a COPEL entende que ela, incrementando a indústria, poderá também baixar ainda mais o seu preço, desde que se estabeleça equilíbrio da lei da oferta e da procura. Este preço poderá ser ainda mais baixo do que atualmente é oferecido. De maneira que, só temos que dar um voto de confiança a esta Empresa.

Mas os contactos dos dirigentes da Empresa paranaense, no Exterior, foram muito produtivos, daí resultando a organização de uma fusão COPEL, CODEPAR, BADEP, quando grupos europeus se mostraram interessados em conhecer mais detalhes sobre o Paraná, iniciando também outros entendimentos. E, Sr. Deputados, poderíamos citar que, ainda ontem, e quando dizemos que este assunto polarizava a atenção dos nobres Pares com assento nesta Casa, nós ainda ontem tivemos conhecimento hoje, por parte do Deputado João Mansur, que ainda ontem esse Deputado, com uma Comissão de industriais do Paraná — e eu posso citar os nomes, Agostinho Zarpelon, Hercílio Slaviero e Ademair Araújo, que são nomes de proeminência no ramo madeireiro de Curitiba — procuraram, em Comissão, juntamente com o Deputado João Mansur, o Sr. Secretário da Fazenda e falaram sobre os contactos que Sua Excelência teve no Exterior, e diziam do interesse que tinham em que se estabelecesse um rumo, um laço de negócios entre aqueles industriais e aqueles capitais japoneses que estavam tão interessados em vir para o Paraná; então se discutiu, debateu-se da possibilidade de se fornecer matéria prima, e o que é alvareiro para nós outros — esta matéria prima seria industrializada aqui mesmo no Paraná, e, depois de manufaturada, beneficiada é que ela iria ser exposta para o Japão.

Ainda mais, aqueles homens que iriam investir aqui, não fazem questão de serem majoritários no capital, contentar-se-iam em ter parcela menor nas ações, mas, queriam investir, queriam trazer o seu incentivo à indústria paranaense e à exploração do nosso solo e da nossa matéria prima.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Arthur de Souza, o assunto que V. Exa. debate desta Tribuna é de uma importância extraordinária para o nosso Estado, dada a posição em que se encontra o nosso Estado no que se refere à produção de matéria prima, quando se fala no custo da energia elétrica, ou da tarifa, eu gostaria de aproveitar a oportunidade extraordinária que V. Exa. dá e ver se comporta aqui uma sugestão ao Governo ou à Copel. Minha concepção, nobre Deputado, se o Governo do Estado do Paraná doasse energia a todas aquelas indústrias que quiserem se fixar no Estado, por cinco ou dez anos, na minha concepção estas indústrias, além de propiciar uma comercialização fabulosa da matéria prima aqui produzida irá dar uma renda também grande de ICM e também mão de obra a inúmeras famílias paranaenses que queiram trabalhar. De forma que eu entendo que o pronunciamento de V. Exa., é assim oportuno e uma sugestão que esta Casa fizesse ao Governo, o Governo poderia estudar isto com mais profundidade porque muitas indústrias às vezes levam como ponto fundamental a energia elétrica e um Estado como o Paraná que tem produção extraordinária de soja, milho, hortaliça, para não citar inúmeras outras produções que o Paraná tem e que não tem indústria suficiente para consumo da matéria prima que aqui produz, talvez fosse importante e pudesse sensibilizar os industriais e uma oferta para aqueles que pretendessem fixar indústrias no Paraná. Eram estas as considerações que queria fazer a V. Exa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Talvez, nobre Deputado — eu já dou o aparte a V. Exa. — (Dirigindo-se ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira) — o nobre Deputado Erondy Silvério solicitou antes o aparte. Só queria responder ao sr. Deputado Pinto Dias, talvez a oferta não pudesse ser tão dádiosa a ponto desta energia ser oferecida graciosamente, mas a Empresa iria estudar a maneira de dar energia a um preço que incentivasse estes empreendimentos.

O Sr. Pinto Dias — Mas ela não é tão de graça, porque o Governo dá energia e irá receber em ICM.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Eu entendo.

O Sr. Pinto Dias — E vão propiciar mão de obra e coisas fabulosas. O Governo não está dando muito. É uma idéia que estamos dando e que merece estudo mais profundo.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Não tenho dúvida que as sugestões apresentadas por esta Casa são levadas em consideração pelo Executivo e o que V. Exa. está hoje trazendo à baila merecerá estudo. Tenho um aparte do nobre Deputado Erondy e logo em seguida darei a V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço. Apenas para complementar o pensamento do nobre Deputado Pinto Dias cuja tese é das mais válidas. O nobre Deputado preconiza que se dê incentivo, o Governo do Estado forneça gratuitamente energia elétrica às indústrias que aqui vierem se estabelecer, por isso eu fico com a idéia do nobre Deputado porque a assertiva que V. Exa. faz da Tribuna, que a Copel possa baixar o custo da energia para atração de novas indústrias, não é válida. A Copel só baixou o custo das tarifas por determinação do Ministério de Minas e Energia, que determinou para que em todo o País houvesse uma redução nas tarifas para fins industriais. A Copel não tem dado nada a ninguém. Só tem tirado. Esta Casa deve amadurecer a idéia lançada pelo nobre Deputado Pinto Dias que realmente é um incentivo importantíssimo para a instalação de novas indústrias no Paraná, porque sem incentivo ninguém vem para cá. Esta idéia é verdadeira. Só o Estado criando incentivos como está fazendo o vizinho Estado de Santa Catarina é que podemos sair deste círculo que está impermeabilizando o Estado é que vai nos trazer esta estabilidade financeira.

A idéia do nobre Deputado Pinto Dias é louvável, e esta Casa deve recebê-la com entusiasmo e através de um estudo mais acurado, procurar amadurecê-la no sentido de que esta Casa possa oferecer ao Poder Executivo subsídios realmente valiosos para atração de grupos industriais para o Estado do Paraná.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Não posso dizer que seja infenso ao entusiasmo do nobre Deputado Pinto Dias e que não tenha me contagiado por ele, apenas, estou analisando de uma maneira cautelosa, porque V. Exa. veja, que também dar-se energia de mãos beijadas às novas indústrias e cobrar o preço que se cobra às indústrias atuais, seria também uma disparidade de tratamento que se estaria fazendo.

O Sr. Erondy Silvério — Amadurecer a idéia, fazer um estudo mais acurado em tese, ela é válida, eu falei em tese. É um princípio, é um incentivo que se deve dar a grupos industriais.

Todo incentivo gera a princípio uma injustiça. Ou V. Exa. acha que os incentivos fiscais concedidos à SUDENE não gera injustiça. Injustiça das mais gritantes. Mas no entanto, foi o único meio que o Governo Federal encontrou para coibir o êxodo dos nordestinos, para o Estado meridiano ou do Sul. Foi o único caminho encontrado para que aquele pedaço de chão brasileiro também pudesse assim ser chamado, para se extirpar do Nordeste a miséria, que tanto tem envergonhado esta Nação. Mas o incentivo também gera uma injustiça gritante, e não cabe mencionar num aparte, mas posso ocupar a Tribuna e mostrar, um a um, as injustiças dos incentivos fiscais em determinadas regiões.

Portanto, a idéia é de se amadurecer não para aceitá-la da forma simplista, perdoe-me, nobre Deputado Pinto Dias, como ela foi explanada, como tese ela é válida. E esta Casa que está aqui não só para receber seus subsídios no fim do mês, deve estudar e oferecer subsídios ao Executivo. Era o aparte.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa., nobre Deputado, que me honra, ouvindo o discurso que estou fazendo, há de concordar comigo, eu não disse que a tese do Deputado Pinto Dias não fosse aceita, até pelo contrário, disse que os pronunciamentos dos Srs. Deputados nesta Casa e graças a Deus assim o é, que eles têm a repercussão devida e que a sugestão apresentada teria também a sua repercussão.

E V. Exa., eu noto, é um homem equilibrado, é um homem que tem demonstrado capacidade mormente, ao dirigir as suas empresas, já concordou pelas palavras comedidas que disse ao apartear, que a sugestão devesse ser recebida com a cautela necessária. E é o que este Deputado está fazendo neste momento.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que vem fazendo e pela oportunidade deste pronunciamento. E ao mesmo tempo, emitir a minha opinião pessoal em relação ao trabalho que a COPEL já desenvolveu e vem desenvolvendo em nosso Estado.

É válida a posição daqueles que entendem que a COPEL vende muito caro os seus serviços. Entretanto, ninguém pode desconhecer neste Estado a validade para o Estado e para a Nação do trabalho da COPEL. Eu represento, Sr. Deputado, uma região do Sudoeste do Estado que há dez anos atrás não sonhava sequer com a energia elétrica. E nós vemos hoje que o Sudoeste está com todas as suas sedes de Municípios eletrificados. E, indo mais longe, a COPEL está fazendo um programa de implantação de energia elétrica em mais de 150 sedes e distritos no interior dos Municípios. Portanto, partindo para um programa de eletrificação rural ansiado e sentido há muitos anos, pela população deste longínquo Estado do Paraná.

Portanto, diante deste raciocínio, eu creio que o sacrifício que se impôs a determinados grupos, a determinadas categorias da população, no Paraná, trouxe a curtíssimo prazo, altas recompensas ao desenvolvimento econômico e social dentro deste Estado.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, concordando também com V. Exa. quando aplaude um esforço do Governo, no setor econômico liderado pelo engenheiro Maurício Schumann, no sentido de atrair as grandes indústrias e os grandes industriais para a implantação de novas unidades do Paraná, a par deste aplauso, eu gostaria de informar a V. Exa. que o Governo do Estado, neste setor, está muito preocupado também com um assunto que reputo da mais alta importância; é um amparo aos grupos econômicos estaduais, aos grupos locais; à pequena e à média indústria aqui no Estado do Paraná. São inúmeros estes grupos que se comprometendo com o BADEP para poder construir a sua indústria, hipotecando a sua indústria ao BADEP, estavam e estão sem capital de giro, para poder tocar esta mesma indústria. E hoje pela manhã ainda estive na companhia de alguns industriais com o Dr. Maurício Schumann, expondo a ele exatamente este problema de algumas indústrias da minha região que estão comprometidas com o BADEP e na época da safra ainda não têm recursos e sustentação financeira para a compra do soja, para fazer a sua transformação em óleo e poder inclusive pagar o BADEP. E recebi com grande satisfação a notícia de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, de que neste instante, está na Europa, o Sr. Presidente do BADEP, tratando exatamente da conquista para o Estado do Paraná e para aquele organismo, de uma linha de crédito que possibilite ao BADEP, daqui para adiante, ao invés de apenas sustentar as empresas na montagem das indústrias,



fornecer-lhes capital de giro que lhes possibilite a sustentação e a manutenção do mundo econômico deste Estado e deste País.

Portanto, entendendo, Sr. Deputado, que o seu discurso foi de uma felicidade extrema e que discursos deste teor, com este conteúdo e com esta mensagem, só engrandecessem o Poder Legislativo.

Muito obrigado a V. Exa..

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço ao nobre Deputado. Gostaria de lembrar — e aqueles Deputados que há mais tempo tem assento nesta Casa, lembram-se perfeitamente, porque eu citei, à princípio apenas aquele problema de um navio encostar em Paranaguá e trazer energia para Curitiba. Mas, não falei e os Srs. Deputados lembram-se perfeitamente, porque lutavam naquela época ingentemente. Mas eu não falei naqueles famigerados motores Diesel, que eram instalados no interior do Paraná e que obrigavam a Comissões virem a Curitiba, trazer biela fundida, solicitando ao Departamento de Energia Elétrica, que fizesse a substituição de peças porque as cidades continuamente estavam às escuras.

A Cidade que eu represento, de Colorado, numa ocasião tivemos de conseguir fios no Departamento de Águas e Energia Elétrica, para fazer uma ligação direta do motor ao Grupo Escolar e ao Ginásio, porque a luz que chegava até ali, do motor, era ineficiente e não deixava incandescentes as lâmpadas daquele estabelecimento de ensino e os alunos não podiam estudar.

Quer dizer, lutas assim foram travadas por este Paraná até que se concretizasse e se chegasse ao índice de progresso que se chegou hoje.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa. me dá oportunidade de fazer algumas ponderações; queria, para não perder a oportunidade quando V. Exa. lembra o tempo dos Motores Diesel. Os tempos lembrados por V. Exa. são ainda atuais. Os Motores Diesel acionam até hoje indústrias no Paraná, por incrível que pareça.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Atuais mas, graças a Deus, esporádicos

O Sr. Nivaldo Krüger — Quero, neste aparte, registrar um fato. Estive com o Deputado Arizone Araújo, numa indústria de base fundamental, por ser indústria de transformação de produtos oriundos da agro-pecuária, portanto, uma indústria estratégica para o desenvolvimento do Estado do Paraná e pertencente à Cooperativa Central Batavo, localizada em Carambei. Esta empresa está com 30% de seu equipamento paralizado. A energia elétrica que aciona esta empresa provém de grupos geradores próprios. A linha da COPEL passa sobre esta indústria que, no entanto, está acionando suas máquinas — e vendendo seus produtos em condição de competição no mercado interno e vai entrar no mercado externo — através de Motores Diesel. Então os Motores Diesel estão sendo utilizados no Paraná e deve haver um engano, um erro, que precisa ser corrigido. Creio que V. Exa. faz um alerta neste instante, com relação a este aspecto.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa., que também é Deputado do interior, deve sentir, como eu, os reclamos e a inconformação dos lavradores e fazendeiros, que vendo passar sobre suas fazendas os fios de alta tensão, e não entendendo que aquela linha traz energia de alta tensão, não se preocupam de que suas fazendas não possam ser iluminadas de maneira fácil. Não raciocinam em termos de uma sub-estação para transformar aquela energia que passa ali.

Conheço o problema de Carambei porque sou grande admirador daquela indústria e ninguém pode deixar de admirar o que ali se faz. A Cooperativa, como ela funciona, como dá assistência aos cooperativados, como tem progredido...

Conheço perfeitamente a Cooperativa Batavo, que eu vi nascer. Quando menino ia de bicicleta de Ponta Grossa a Carambei, quando estava nos primórdios, quando os holandeses começavam a vir ao Paraná.

O Sr. Nivaldo Krüger — Isto há uns sessenta anos atrás.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Não sou tão velho assim. Mas pelos idos de 1939, mais ou menos.

Quero dizer a V. Exa. a razão por que tenho estima toda especial por aquela indústria. Eu era menino de calças curtas em Ponta Grossa e o Sr. Ary de Deus, holandês, passou a distribuir leite em Ponta Grossa. Este leite vinha em tamborões, pois naquele tempo não era ainda pasteurizado. Eu ia com os filhos desse Senhor entregar o leite em carrocinhas porque ele tinha também uma casa que alugava bicicletas e a compensação que tínhamos, por ajudar a entregar o leite, era a autorização para desfrutar de uma volta de bicicleta. V. Exa. entende, são coisas da infância, que a gente não esquece.

O Sr. Nivaldo Krüger — Bons tempos!

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Quando eu já tinha uma motocicleta, ia a Carambei e a esta Indústria, a passeio.

Mas, a segunda iniciativa que também está produzindo seus frutos, é a Semana da Mineração, que se realizou nos fins do ano passado, idealizada e planejada pelo Governador Parigot de Souza, quando ocupava a Vice-Governança.

Quando o Deputado Cândido Martins de Oliveira falava no incentivo que o Sr. Secretário da Fazenda está dando à implantação das novas indústrias no Paraná, por uma medida de justiça gostaríamos de dizer que os louros devem ser divididos também com o Sr. Governador Parigot de Souza, que tem sido um grande incentivador, em última análise, deste movimento. Seria injustiça que não trouxéssemos à baila, aqui nesta Casa, o seu nome neste movimento.

“A Semana da Mineração culminou com a assinatura de um convênio entre o BADEP e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, destinada a apoiar financeiramente projetos de pesquisas na área dos minérios do Paraná. Os estudos realizados e os que estão em andamento já dão condições ao Governo do Estado para uma ofensiva capaz de interessar os investidores em projetos industriais de envergadura.

O incremento da atividade mineradora está na dependência de muitos fatores infra-estruturais, um dos quais, a energia elétrica, avulta e até condiciona a expansão da indústria de mineração. Daí, a participação da COPEL no sentido de integrar-se na ação governamental de atração de investimentos, com a consciência de que pode, também, atuar fora da área específica de suas atividades, colaborando com o Governo na motivação do empresário, dentro da ação governamental de estímulo dos investimentos e na captação de recursos.

Essa nova estratégia, que resultou no programa conjunto BADEP-COPEL, levou em conta que o Paraná apresenta condições favoráveis, tanto na parte de infra-estrutura — notadamente energia, transportes, telecomunicações, — como na potencialidade de recursos até agora inexplorados.

Os levantamentos preliminares já elaborados e os estudos feitos em conjunto pelo BADEP-COPEL revelaram que, além de imensas jazidas de calcário, pode-se contar com ocorrências de minérios de cobre, chumbo, ouro e

titanio, em diferentes pontos do território paranaense, indicando os relatórios as áreas aparentemente mais promissoras.

O relatório do minério de titânio faz um levantamento das areias ilmeníticas na faixa litorânea, apontando as reservas mais importantes ao norte da baía de Paranaguá. Há “areia preta” em Morretes, Antonina, Cachoeira de Cima, Guaraqueçaba e Guaratuba. Da ilmenita se extraem compostos de titânio, com largas aplicações em metalurgia, manufatura de produtos de borracha, indústria têxtil e outros fins.

Ainda segundo os estudos mencionados, há manifestação de minérios de cobre em dezenas de Municípios do Paraná, mas os técnicos admitem que as áreas com maiores possibilidades econômicas se encontram na região de Adrianópolis e Sengés. O País tem escassez de cobre, obrigando-o a drenas divisas com a importação desse minério.

O Paraná, como se sabe, inaugurou a corrida do ouro nos primórdios da colonização do País, perdendo a hegemonia para Minas Gerais. As últimas atividades extrativas ou de pesquisas remontam a década de 1930, mas o campo continua aberto aos interessados. As ocorrências mais promissoras estão situadas nos Municípios de São José dos Pinhais e Morretes.

E com relação à década de 30, por falar em ouro e mineração no Paraná, quero relatar um fato referente à extração da erva-mate, que foi, também, riqueza naquele tempo.

Contou-me o industrial Ivo Leão, de saudosa memória, e Bilu Macedo, que quando a firma deles explorava as jazidas de ouro perto de Curitiba, os operários que trabalhavam na extração, apresentavam uma doença propalada por eles afetava e atacava o peito. E então uma medida era tomada da mina de ouro e fazia-se com que ele fosse trabalhar no engenho de erva mate, e em pouco tempo, aspirando o pó da erva-mate, sarava completamente do pulmão, tinha o pulmão restaurado e podia voltar a trabalhar na mina.

Quer dizer, era uma qualidade medicinal que a erva possuía e que não foi estudada mais profundamente.

É um fato que estamos lembrando aqui, porque nós sempre tivemos entusiasmo por tudo que diz respeito à indústria.

“No que diz respeito ao chumbo, além das reservas de Adrianópolis, parcialmente exploradas, o estudo recomenda pesquisas em afloramentos ainda livres no Vale do Ribeira, bem como no litoral”.

Quando falo no litoral, por certo o Deputado Nelson Buffara fica todo sorridente, por saber das riquezas que estão ali na sua Guaraqueçaba, em Paranaguá e em outros pontos pelos quais ele tanto tem se batido aqui. Meus ecômos à S. Exa. pelo trabalho que está deservolvendo.

“Srs. Deputados, estes aspectos que estão sendo abordados aqui desta Tribuna, das nossas possibilidades no setor de minérios, cabe lembrar que o Governo do Presidente Médici está profundamente empenhado em provocar uma verdadeira “revolução” no campo dos recursos minerais do País. A pujança das grandes nações está intimamente ligada a seu desenvolvimento no setor mineral.

O Paraná agora se associa a esse esforço nacional e está decidido a motivar grupos de investidores de gabarito, já que empreendimentos dessa natureza exigem grandes capitais.

Estamos em condições de extrair, beneficiar e exportar minérios, abrindo uma nova frente para diversificação da estrutura econômica do Estado”.

Quando falamos em exportar minerais, nós com assento nesta Casa, e quando digo “nós” vale a pluralidade, porque falamos em nome de todos os Deputados que conhecemos a situação de Antonina, que sabemos que aquele Porto precisa de incremento urgente e ingente, porque não se pensa em sugerir que ali se construa um Terminal, a exemplo do que existe no Espírito Santo, onde visitamos aquele terminal por onde é exportado o minério. O Porto de Paranaguá tem outra finalidade, por que não se pensa em Antonina, com um terminal dessa natureza? Talvez, fosse essa a salvação daquele Porto, hoje voltado ao ostracismo, quase se pode dizer assim.

“O incremento e a diversificação das exportações paranaenses é outra iniciativa do atual Governador Parigot de Souza para orientar e assessorar o empresariado nesse setor”.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Estou acompanhando com vivo interesse o discurso de V. Exa. a sua maneira fácil de expressão e não poderia perder essa oportunidade, quando V. Exa. se desloca ao problema da exportação, lembrar que há poucos dias, fomos surpreendidos — e tenho o recorte do jornal comigo — com uma medida oriunda não se sabe de onde, CACEX ou qualquer outro órgão, impedindo que o Paraná exportasse gado para o exterior. Veja V. Exa. que a coisa não vai tão bem como parece. Queríamos, nesta oportunidade, lembrar esse aspecto. Quando nós nos preparamos, os industriais e a indústria paranaense, para atender o apelo do Governo, nós verificamos um fato estardalhaçado: enquanto o Rio Grande do Sul — recorte de hoje da imprensa nacional — amplia a faixa de exportação em tonelagem e solicitações dos produtores da região impede que o Paraná exportasse. Parece-me que o assunto é sério.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Gostaria de dizer que a impressão que tenho é que essa proibição prendeu-se, apenas, ao assunto burocrático, foram desatendidas certas normas para essa exportação.

O Sr. Nivaldo Krüger — Prima este Governo pela burocracia.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Já melhorou muito.

O Sr. Nivaldo Krüger — Fator desta importância não pode ser prejudicado pela burocracia de funcionários que deveriam, acima de tudo, cumprir com seu dever para com aqueles que produzem para a Nação e que geram riquezas.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Entenda V. Exa. que foram desatendidas normas.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Concedo o aparte ao Deputado Pinto Dias porque segundo sei, está por dentro do assunto e poderá nos esclarecer.

O Sr. Pinto Dias — Não estou, propriamente, por dentro do assunto tenho apenas algum conhecimento.

Todos sabem que a Argentina e o Uruguai sempre foram os maiores exportadores de carne da América do Sul.

O Brasil, no passado, sempre teve dificuldade em competir com esses dois países tanto na qualidade, como na quantidade.

Grças a Deus, a política desses últimos Governos tem estimulado os produtores a que produzam carne de qualidade que possa atender o consumo externo e o consumo interno.

O nobre Deputado disse que o primeiro lote de carne a ser exportado foi impedido. Data vênha gostaria de informar que esse não é o primeiro lote. O Paraná, através dos Frigoríficos, já exportou várias toneladas de carne. O que houve é que o Governo está preocupado com as normas não de aten-



der o problema interno, mas de atender o problema interno porque neste início de exportação, quando quer o Brasil conquistar uma posição lá fora, para que fazer tudo, para não ficar em situação inferior a Argentina e ao Uruguai.

Esta preocupação das autoridades brasileiras.

Sr. ARTHUR DE SOUZA — Gostaria de lembrar que no Paraná há um grande café, na monocultura. Hoje todos são testemunhas, especialmente nos Sr. Deputados que conhecem suas regiões, sabem que a cultura não é diversificada.

O assunto é mais variado quando se fala em comércio internacional e em exportação para o Estado do Paraná e para este grandioso Brasil. Isto é, para o Brasil, para o comércio internacional.

Então, Sr. Deputado, o comércio internacional há de haver nesta Capital do Grupo Parlamentar, para o grupo constituído pelo Governo Federal e que veio ao Paraná para tratar dos problemas de transportes e dos "corredores de exportação", previstos no Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo do Presidente Média. Na realidade, estas prioridades para a ampliação de equipamentos e realização de obras de infraestrutura no Porto de Paranaguá, implantação de novos trechos rodoviários, reequipamento de material rodante ferroviário, bem como prioridades no aumento à produção.

Tudo isto que está sendo posto diante de um novo despertar do Paraná para suas reais potencialidades econômicas. As exportações aumentam ante a notícia de que deve retornar do exterior nos próximos dias a missão econômica do BADEP-COPET, que certamente trará subsídios sobre as perspectivas de investimentos internacionais de áreas empresariais. Nesse sentido, o aumento de produtividade e a melhoria da infraestrutura do Estado e para dar-lhe seu apoio caloroso a fim de que o Paraná tenha também sua parcela de desenvolvimento brasileiro de desenvolvimento absoluto.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. fez um discurso de grande importância, qual não posso comemorar. Entretanto, louvo a sua atitude e louvo a atitude do atual Governo que agora, segundo informações de V. Exa., se movimenta para o desenvolvimento do Estado. Se o Estado tem o ciclo da extração que não soumos aproveitar. Fosse o Estado, os produtos da terra, está se exaurindo e até agora nenhuma providência foi tomada a respeito. As riquezas imateriais, que V. Exa. citou, oriundas do sub-solo, estão dormentes e aguardam a imagem que terá o futuro dos governos, passados e futuros. Os governos dorminhocos. O tempo passou deixando para trás o tempo e eles ficaram adormecidos e não despertaram. Hoje felizmente, segundo informações de V. Exa., acordou o Paraná. Com a ajuda com as sacudidas das inquinações do Governo atual, o nosso Estado acordou.

Sr. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte de V. Exa. e entendo sempre que o motivo de jubilo para nós pronunciamentos desse faz, principalmente quando parte da oposição, agradeço as suas palavras e a elas do valor.

Entendo o Sr. Deputado que V. Exa. quando diz que os ciclos se passaram e nada se colheu, — que se o ciclo da extração não houvesse trazido riquezas, se o ciclo da madeira não tivesse trazido progresso ao nosso Estado, então estaríamos morando em cavernas e não nos edificações que moramos nesta bela Capital, não estaríamos vendo o crescimento do Estado. Este crescimento não é hoje, nem de três ou quatro anos atrás, ele é produto de ciclos. Se V. Exa. analisar o ciclo da borracha no Nordeste há de ver que aquele ciclo deixou riquezas, que daquele ciclo foram colhidos resultados. Os ciclos são assim mesmo, eles vêm e depois vão, porém os resultados ficam. Por isso são chamados de ciclos. Não se jama injustos para com o nosso antepassados que trabalharam e que implantaram as indústrias que as transformaram e depois partiram para outros empreendimentos. Não se jama ingratos para com aqueles que devem ser lembrados como grandes construtores do Paraná.

Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não é ingratidão, muito pelo contrário é o realismo da visão, não distorção pela "teoria" governista, mas sim pelo realismo da objetividade. Quando digo que não houve aproveitamento não quero me referir aos magníficos edifícios desta Capital, ou de alguns que ajudaram em determinadas coisas, mas sim ao aproveitamento que não tivemos.

Sr. ARTHUR DE SOUZA — Falei em edifícios como poderia ter citado estradas, rodagem, estradas de ferro.

Sr. Nivaldo Krüger — Então vamos falar em estrada de ferro, cujos vagões estão paralisados à margem das estações por não terem o que transportar. Isto que digo V. Exa. pode ser confirmado por uma visita, que convidaria V. Exa. a fazer a direção da Rde. Férrea do Paraná, Santa Catarina. A Região Sul de onde vieram os pinheiros e a extração está se esvaando e a sua economia está sendo prejudicada.

O Estado do Paraná não se industrializou, ilustra Deputado V. Exa. (sem razão). Apenas 20% da riqueza do Estado provém da indústria. Temos três indústrias, segundo Relatório do BADEP de nível de competição no mercado internacional. Três apenas. Não se cuidou de criar fundos de estímulo ao desenvolvimento industrial. Ficamos então com a renda per capita, porque entendendo desenvolvimento com a participação do povo, não de V. Exa. e Z. Industriais fizeram enriquecendo extraordinariamente explorando as riquezas naturais e o homem que nela se aplica talvez alguns deles com seu sacrifício pessoal. O que eu me refiro, a participação da população. Então nós temos hoje a sétima colocação em renda per capita na Federação, e V. Exa. tem razão, eu não estou contestando, acho que um pronunciamento desta ordem tem grande valia porque dá oportunidade do diálogo, de contraposição das opiniões e daí que há de surgir soluções para os problemas do nosso Estado.

Então eu faço neste instante este alerta: nós, que contribuímos em 10% da exportação nacional, temos apenas 10% de industrialização; nós que exportamos milhões de dólares, os Secretários de Estado contam como vantagem, para mim é uma vergonha, perante o povo, menos esclarecido que exportamos milhões de dólares e neste milhão produzimos no exterior cuja razão produz carne, cuja carne é melhor com a carne provida dos capins nativos do nosso próprio Estado; então, ilustra Deputado quando faço esta observação é para sairmos um pouco da euforia e entrarmos no objetivo na realidade vivida dia a dia pelo nosso povo. Não há o contraste os índices da Fundação Getúlio Vargas, Santa Catarina tem uma renda superior à do Paraná e não tem café, não tem a riqueza da terra, porque Santa Catarina tem outras providências com antecedência; Santa Catarina tem um

Fundo de Desenvolvimento que promove o desenvolvimento da indústria, com outra mentalidade, não esta de doar energia elétrica o que eu acho, que é paternalismo, no meu entender, superado, não a de emprestar dinheiro a juros, juros caros, cujos reflexos, em última análise, já termino, desculpe-me, mas V. Exa. que é culpado porque desferiu assunto de tamanha importância, desculpe pelo meu empolamento, o relógio vai parar um instantinho só... eu queria dizer isto a V. Exa. neste instante ainda e a esta Casa.

Vejam Santa Catarina não apresenta, através do seu Banco, polígonos de rendimentos aos acionistas que vão gastá-los no Exterior, à custa do esforço do produtor, que está à beira da falência. Não! Santa Catarina, seu Banco não tem o esforço do Banco do Estado que vive quase como agiota, a explorar o esforço do pequeno produtor, para dar rendimento aos seus acionistas e aos seus Diretores, com venenamentos fabulosos, do maior índice neste Estado. Santa Catarina criou um Fundo de Desenvolvimento retendo 20% dos impostos para que o próprio industrial aplique parte dos impostos que o Governo abre mão. E aí nós verificamos o grande desenvolvimento econômico-social do Estado de Santa Catarina, pequenino como é, sem a riqueza natural que tem, superior a este grandioso Estado, este magnífico Estado cujos homens de Governo não tiveram a visão atualizada para colocá-lo no seu devido lugar.

O Sr. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte de V. Exa., apenas acho que em certo ponto V. Exa. é discrepante no seu aparte, e eu explicaria, se tivesse mais tempo, porque, e analisaria.

Mas V. Exa. há de concordar conosco, que a euforia de que somos tomados, ela é sustentada à base do que estamos fazendo, do que estamos realizando. Desde que o Governo da Revolução tomou as rédeas deste País, porque quando o Partido de V. Exa. tinha as rédeas deste País, Deus nos acuda, Sr. Deputado, nós não sabíamos onde iríamos parar porque incentivo, não havia nenhum!

Sr. O Sr. Nivaldo Krüger — O nosso Partido nunca teve as rédeas do Governo!

Sr. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. nega? Quem era o Sr. Jango Goulart, na Ordem do Dia?

Sr. Nivaldo Krüger — O único Estado da Federação que o MDB tem as rédeas do Governo, e aí o contrasenso, se há contrasenso é nos atos do Governo porque atos dizem muito, mais do que palavras; e aí está o contrasenso, se o Estado está nesta euforia que V. Exa. revela; como homem de Governo, por que o Governo está alegando que não tem condições de dar 20% para o funcionalismo público?

Sr. V. Exa. — Esta foi o único Governo que o MDB teve neste País deu 20%, além correção monetária a este País.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas Sr. Deputado, para fazer justiça ao pronunciamento de V. Exa. eu não vejo nele nenhuma preconização de euforia antecipada. Vejo honesto pronunciamento de realidade, de pronunciamento sério, sem demagogia, sem tentar fazer concessões que poderiam trazer bafejos de popularidade a V. Exa. É fácil nesta Casa levantar a voz contra os que já foram e muito fácil até simpático defender posições populares como em comícios políticos, mas é difícil elaborar um trabalho da seriedade que V. Exa. fez e esse e repetindo não vejo no pronunciamento de V. Exa. nenhuma antecipação visionária daquilo que o Governo fará. Vejo realidade do que estamos assistindo, de um Governo sério, capaz, preocupado com o fortalecimento deste Estado e desta Nação. Apenas para fazer justiça.

Sr. ARTHUR DE SOUZA — Obrigado V. Exa. e como tenho a hora esgotada, gostaria de dizer que agradeço os apertes que me foram oferecidos porque eles sem dúvida alguma, trouxeram calor a esta Casa e nestas tardes quando se debate assunto que nos entendemos de tão transcendental importância, para que nós pudessemos sentir que os homens, que representam o Governo, têm assento aqui, conhecem a realidade do nosso Estado.

Sr. Deputados da Arelia — Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, queria nesta oportunidade fazer aqui, desta Tribuna, de público, um apelo a V. Exa. como Presidente do Poder Legislativo do nosso Estado, no sentido de que se diligenciasse ao fim de que este Poder Legislativo através do seu Presidente, encaminhasse um convite a V. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda do Paraná Dr. Maurício Schumacher para que, em dia e data por ele marcada, comparecesse a este Poder Legislativo a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre a situação financeira e econômica do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE — A Mesa indaga ao nobre Deputado João Mansur se, porventura, não fez este convite a V. Exa. quando esteve aqui?

O Sr. JOÃO MANSUR — Não, Sr. Estou solicitando que V. Exa., como Presidente, faça o convite. Sr. Presidente, com intensa satisfação. Pensei que V. Exa. não se daria o direito de fazer este convite. Razão pela qual a Presidência solicitou esclarecimentos a V. Exa. mas a Presidência tomará as providências necessárias para que este convite seja feito.

O Sr. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Ordem do Dia.



3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 66-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada Municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 273-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 91-71, de autoria do Dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual, no bairro de Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 5-72, de autoria do Poder Executivo. — Mensagem n. 1-72, encaminhando anteprojeto de Lei que concede abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e aos integrantes da P.M.E. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Em discussão.

Após o referido Projeto, foram apresentadas duas Emendas, do seguinte teor: (Lê):

#### "PROJETO DE LEI N. 5-72

##### EMENDA ADITIVA

Acrescente-se:

Art. .... O Poder Executivo, independentemente de novo pronunciamento legislativo, poderá, dentro de 120 dias, transformar o abono provisório em aumento de vencimento, alterando para 20% o percentual referido nos artigos 1.º e 2.º da presente Lei; determinando, por decreto, créditos suplementares necessários.

##### JUSTIFICATIVA:

Das razões determinam a procedência da presente Emenda. A primeira, contribuir com o Poder Executivo, dando, desde logo, as armas necessárias para, em curto prazo reajustar os vencimentos do funcionalismo segundo as possibilidades do erário face ao comportamento da arrecadação.

A segunda razão, dar ao funcionalismo do Estado as esperanças de que, num futuro próximo, suas áustas aspirações sejam realmente atendidas.

Dispositivo meramente autorizativo não esbarra com impedimentos de ordem constitucional.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(aa) Santos Lima, Pinto Dias, Erondy Silvério, Iva Tomazoni, Paulo Poi, Marciano Baraniuk, Xenofonte Villanueva, David Federmann, Wilson Brandão, Jorge Sato, Odilon Reinhardt, Arthur de Souza".

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas uma informação com relação às emendas, elas serão votadas posteriormente ao Projeto?

O SR. PRESIDENTE — Iremos fazer a votação neste instante do Projeto de Lei n. 5-72 e da Emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério e outros, que é a seguinte: (Lê):

"Emenda ao Projeto de Lei n. 5-72 — Mensagem n. 1-72

ONDE SE LÊ: "... 12% (doze por cento) de abono..."

LEIA-SE: "... 20% (vinte por cento) de aumento..."

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.

(aa) Erondy Silvério, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nivaldo Krüger, Domicio Scaramella".

"O Parágrafo 2.º, do Artigo 35, da Constituição do Estado, estabelece que somente nas Comissões Técnicas poderão ser oferecidas emendas a projetos, da competência exclusiva do Poder Executivo, que tratem de vencimentos ou vantagens para os servidores públicos.

Assim, por contrariar em expressa disposição constitucional, a Mesa deixa de receber as emendas ao Projeto de Lei n. 5-72, fundamentando a sua decisão, também no que dispõe o Parágrafo 4.º, do Artigo 128, do Regimento Interno.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, ao que me parece houve uma pequena modificação na Constituição do Estado, com relação a este dispositivo lido por V. Exa. poucos instantes. Não posso afirmar categoricamente mas solicito a V. Exa. que consulte a Assessoria da Mesa ver se não houve uma pequena modificação a respeito da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário a leitura do artigo 35 e seus parágrafos.

O SR. SECRETÁRIO (Lê): "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos. Fixem vencimentos e vantagens dos serviços públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º — Não será objeto de deliberação e Emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.

2.º — Os Projetos de Lei referidos neste artigo somente receberão Emendas nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se um terço dos membros da Assembleia Legislativa requerer a votação em Plenário de Emenda aprovada ou rejeitada.

§ 3.º — Ao Poder Executivo é facultado enviar Mensagem à Assembleia Legislativa para propor a modificação dos Projetos de Lei de que trata este artigo, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja V. Exa. nobre Presidente, o artigo 35 — e não vamos analisar os seus parágrafos, mas o artigo em si, diz que é da competência do Poder Executivo a iniciativa de leis.

Acontece que a iniciativa foi realmente do Poder Executivo. Mas nada impede e seria uma barbaridade se impedisse, que qualquer membro deste Poder possa emendar uma Mensagem do Governo que nós consideramos prejudicial ao funcionalismo do Estado. E vamos dizer porque é prejudicial. Porque nós não discutimos, o grupo de Deputados não discute a percentagem que o Governo quer dar de aumento ao funcionalismo, inclusive por? que esse é o pensamento do nobre Presidente da Casa.

Admitamos que o Tesouro não comporte um aumento superior ao percentual de 12%. Admitamos que apenas esse percentual seja o que real-

mente possa o Governador pagar ao seu funcionalismo; mas isso deveria ser em forma de vencimento e nunca de abono.

A injustiça está na forma, como o Governo está concedendo esta esmola ao seu funcionalismo. É interessante que há poucos instantes, oradores que ocuparam a Tribuna, disseram das maravilhas do Estado do Paraná, que é punjante, rico, que está nadando em dinheiro; que para aqui quer atrair indústrias etc, etc. E vem o Governador dizer que não tem condições de dar mais do que 12% de abono ao funcionalismo, de abono.

Acho que o grande erro do Governo está na forma de conceder este abono, portanto, se fosse aumento de vencimentos, a Casa ainda se submeteria aos argumentos do Secretário da Fazenda e do Chefe do Executivo.

O que nos revolta mais, a mim principalmente, é uma afirmação que fez o Sr. Secretário da Fazenda numa das regiões de um Clube de Serviço da Capital. Quando interpelado por membros daquele Clube, por que o Governo estava concedendo aumento tão irrisório aos vencimentos do funcionalismo, fugindo à realidade nacional, S. Exa. disse que era melhor dar 12% do que não dar nada. Tratou com o maior descaso possível o funcionalismo.

Já dissemos que não estamos em campanha com objetivos políticos ou demagógicos, porque sabemos o que representa o voto de um funcionário nas eleições. Cada um tem preferência por determinado candidato. De modo que não estamos procurando fazer demagogia, mas é que achamos que o Governo tem condições de dar 12% na forma de aumento o que viria minorar esta situação aflitiva por que passa o funcionalismo, desde o mais categorizado até o mais humilde, porque o aumento do custo de vida se faz sentir igualmente a toda a Nação brasileira, não só para os que ganham pouco, mas também para os que ganham bastante.

Acho que V. Ex., Sr. Presidente, não está interpretando direito o artigo.

V. Exa. está se louvando apenas no parágrafo. Mas a nossa Emenda está consubstanciada dentro do Artigo 35 da Constituição do Estado, razão por que requeremos a V. Exa. encaminhe o Projeto e Emendas ao pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça. Tenho absoluta certeza de que nossa Emenda é legal, pelo menos é humana.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado Erondy Silvério, os Srs. Deputados tiveram a oportunidade, uma vez que pertencem às Comissões, de apresentar Emendas. E o Artigo 35 é claro, quando diz que os Projetos só receberão Emendas nas Comissões.

A Mesa mantém sua decisão mas V. Exa. pode recorrer da mesma.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não adianta.

Entendi bem a advertência que V. Exa. me deu por tabela. Eu, pertencendo à Comissão, deveria apresentar ali as Emendas, porque não tenho o direito de ignorar a lei. Não é isto o que quis dizer?

Mas acontece que o Líder do Governo, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e o Presidente da Comissão de Finanças iam fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado, na mais absoluta certeza de que S. Exa. não seria insensível ao apelo, que era justo e humano. Agiram certo, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Líder do Governo e o Presidente da Comissão de Finanças.

Acontece que o Governador Parigot de Souza não está com o pé fixado dentro da realidade política que vive a Nação brasileira. Quando o Governo Federal dá 20% ao seu funcionalismo, a atitude do Governador é uma crítica velada ao Presidente da República. Se o Presidente da República dá 20% de majoração no salário mínimo, porque o Estado do Paraná quer dar 12% em forma de abono? É uma crítica velada que o Chefe do Executivo paranaense está fazendo à política econômica do Governo Federal.

Foi por isso que não apresentamos Emendas, porque tínhamos a esperança de que o bom senso prevaleceria sobre a vaidade de determinado Secretário de Estado que fez o estudo da matéria.

Foi por esta razão que não o fiz, não por desconhecer a Lei, a Constituição ou o Regimento da Casa.

Mas não vou recorrer da decisão de V. Exa., porque sei que a maioria vence e a minoria se convence.

Vou votar contra, porque não quero pactuar com esta imoralidade que está se fazendo ao funcionalismo público do Estado. Vou votar contra o Projeto, em sinal de protesto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. ALVARO DIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cabe, neste instante, justificar a posição da Bancada do MDB, em relação à Mensagem Governamental que trouxe tanta polêmica, tanto controvérsia. Os apelos insistentes partidos de todas as áreas, de todos os setores, não encontraram a sensibilidade governamental.

E, neste instante, chegamos a uma conclusão: que todo ufanismo desenfreado demonstrado por uma propaganda lançada em todas as áreas deste País, em relação ao milagre brasileiro, a esse decantado desenvolvimento, quando chega o instante de mostrar, com dados reais, choca-se na realidade. Descascara-se toda a propaganda e procura-se dizer que estamos com falta de recursos, que o Estado não possui recursos para pagar o seu funcionalismo, é a alegação governamental.

Se este Estado, como se dizia há pouco, contribuiu com 20% da exportação nacional no ano passado; se este Estado é o maior produtor de café do País; se este Estado produziu, no corrente ano, uma safra extraordinária de cereais, arrecadando montantes elevados em forma de ICM; se este Estado não encontra recursos para pagar, com decência o seu funcionalismo, nós começamos a duvidar da verdadeira aplicação desses recursos.

Ao se alegar falta de recursos, está se demonstrando incompetência na administração pública.

Cabe-nos esta justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a Bancada do MDB atendeu a aspiração do funcionalismo público estadual, demonstra das mais variadas formas, votará, maciçamente contrária à Mensagem Governamental, que propõe abono de 12%.

A Liderança do MDB recebeu, da cidade de Maringá, quero crer que a Liderança da ARENA também tenha recebido, uma recomendação da Câmara Municipal de Maringá, aprovada pela unanimidade dos Vereadores, da ARENA e do MDB, pedindo que esta Casa votasse contra a Mensagem Governamental e contra esse mesquinho abono de 12%.

E isto por que? Porque se reconhece abertamente a todas as facções políticas que esse abono, se analisarmos numericamente, estatisticamente, com dados reais, não consiste em aumento salarial e, sim em redução salarial que se propõe ao funcionalismo público do Estado.



Os companheiros já demonstraram, desta Tribuna, com dados estatísticos. Ainda nesta sessão, o nobre Deputado Nelson Buffara demonstrou, com dados irrefutáveis e que ninguém contestou, essa realidade.

Na sessão de ontem, ou anteontem, o Presidente desta Casa, ocupando esta Tribuna, falava da subserviência, e dizia que não devíamos ser subservientes. E eu, em parte concordei com S. Exa., porque esta Casa tem sido, por outro lado, pela vontade da Maioria, subservientes; incoerente em algumas oportunidades. Incoerente, porque muitos Deputados da ARENA, quase todos, senão publicamente, pelo menos particularmente, demonstraram seu entendimento a respeito da matéria, entendendo ser esse abono irreal, entendendo ser esse abono mesquinho, entendendo ser esse abono um verdadeira engodo.

Se não fosse assim o entendimento, a Comissão de Finanças pela maioria de seus membros, não teria procurado sensibilizar o Governo de diversas formas, comparecendo em Palácio, apelando para que o Sr. Governador reconsiderasse sua posição em relação ao funcionalismo. Já dissemos reiteradas vezes, não há necessidade de repetir, todos nós entendemos a função importante do funcionário público. Uma peça importantíssima na máquina administrativa. Basta que um setor não funcione, para que se comprometa toda a atividade da máquina administrativa estadual. Assim como no motor de um veículo se uma peça importante deixar de funcionar, o carro não andar.

Corremos o risco, com esse desestímulo, com essa frustração, de ver a cada dia que passa, a máquina administrativa de nosso Estado tornar-se mais morosa, mais lenta, até o ponto de quase parar. Porque há necessidade do estímulo. E esse abono, ao invés de se constituir num estímulo a classe, se constitui, isso sim, num grave desestímulo.

Esta Casa, se procurasse sua valorização com atitudes concretas, nessa oportunidade não aceitaria o jogo do Governo, não aceitaria o ergodo do Governo, e estaria, mais do que numa forma de protesto estaria isso sim, colaborando com o Governo do Estado, porque procuraria estimular a classe do funcionalismo do Estado, que por sua vez teria maiores condições de estímulo e motivação para prestar serviços em conformidade com o que exige a realidade de nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos que os funcionários compreendam nossa posição votando contrariamente a essa mensagem irreal, porque estaremos votando favoravelmente aos interesses de uma classe e, conforme afirmou o Deputado Erondy Silvério, da ARENA, essa nossa posição não é demagógica, não tem finalidade política, essa nossa posição tem, sobretudo, a finalidade de defender uma classe e, além disso, de mostrar que não somos subservientes, de mostrar que não aceitamos tudo, que temos opinião própria e que, se estamos aqui para colaborar com o Governo, estamos aqui também para impedir, na medida do possível, seus erros de distorções.

Essa Mensagem, além de injusta e irreal, traz uma discriminação com a qual não podemos concordar. Sr. Presidente, com esse pronunciamento, deixamos clara a posição da Bancada do MDB: votará, em questão fechada, contrariamente à Mensagem Governamental, que prevê o abono de 12% ao funcionalismo de nosso Estado, e fazemos questão que os Anais desta Casa registrem essa nossa posição.

Era só — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Pedi a palavra para encaminhar a votação dessa Mensagem do Poder Executivo, não para justificar uma posição pessoal, não para rebater argumentos trazidos à consideração desta Casa pelos brilhantes Deputados que me antecederam nesta Tribuna para dizer aos Srs. Deputados que não aceito, pessoalmente, que se diga com relação a mim que votarei por subserviência porque minha atitude nesta Assembleia, neste como no Governo anterior, sempre foi de independência e de pautar meus atos de acordo com a minha consciência.

Votarei sim, de acordo com a Mensagem do Poder Executivo porque com ela concordo, defendendo clara e abertamente seus postulados. Sinto que está faltando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa e fora dela alguém que tenha a coragem de dizer a verdade cristalina; de alguém que tenha coragem de enfrentar a impopularidade e defender as atitudes de um Governo que é sério, que é honesto, que tem os pés na realidade do Paraná e não deseja fazer concessões que poderiam, no momento, sem simpatias, mas desastrosas para o Governo no futuro.

Tive o cuidado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dialogar com o Sr. Secretário da Fazenda, pessoalmente, e com o Sr. Secretário do Governo e analisar, em conjunto com Ss. Exas. a Mensagem que está ora sendo discutida.

É preciso que se diga nesta Casa que o último aumento que o Governo do Estado concedeu ao funcionalismo foi em agosto do ano passado. Portanto, não faz um ano que o Poder Executivo concedeu aumento ao seu funcionalismo.

Por que vem esta Mensagem em forma de abono? Porque o Governo, com dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, chegou à conclusão de que o vencimento atual está aquém do aumento do custo de vida. O que significa o abono? Uma tentativa de colocar o que o funcionalismo ganha em nível daquilo que o custo de vida aumentou.

O Governo poderia ter deixado para encaminhar a esta Casa em agosto, quando completa um ano, a Mensagem propondo o aumento de 20%. Entretanto, não o fez de primeiro de maio um abono de 12%, deixando de dar aumento de vencimentos somente em agosto quando completa um ano.

Este abono de 12% corrigirá, evidentemente, não na sua totalidade, a discrepância do vencimento do funcionalismo público para com o aumento do custo de vida. É uma tentativa do Governo em equiparar, em nível o vencimento em face desse aumento de custo de vida.

Portanto, não se venha dizer nesta Casa que o Governo do Estado, que está propondo este abono de 12%, não está atendendo os postulados do Governo Federal. O Governo Federal concedeu um ano atrás, um ano depois do último aumento que ele, Governo Federal, tinha concedido, e o Governo do Estado está propondo 12% antes de se completar um ano do término do aumento anterior. Portanto, eu vou votar com a Mensagem, conscientemente, não por subserviência e nem para agradar o Governo. Acredito que a Bancada da ARENA vai proceder também desta forma e desta maneira, nesta Casa, porque os Deputados que aqui estão, muitos deles tem criticado atitudes do Poder Executivo, como eu tenho criticado. Não nos move nenhum interesse, contrariar. Se o nosso interesse fosse político, se o nosso interesse fosse no sentido de conquistar benesses do Poder Executivo,

talvez a nossa atitude fosse diversa e fosse diferente. Votaremos conscientemente porque acreditamos que o Governo Parigot de Souza, dando este abono, está antecipando ao funcionalismo público, um aumento, que dará em agosto quando na realidade se completa um ano do último aumento dado à classe, no Governo anterior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pego a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a discussão, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. "Cozinheiro sempre tempera a comida, à vontade do dono". É evidente. Em primeiro lugar, quero fazer aqui uma ressalva: — não chamei ninguém de subserviente, nesta Casa, portanto, não me atinge a carapuça, aqui do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, que me antecipou na Tribuna. Apenas disse que eu estou contra a Mensagem do Governo, e acho que o Governo está fazendo uma crítica velada ao Governo da União. Este é o meu pensamento, e ratifico, neste instante, desta Tribuna.

Se o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira acha que o funcionalismo está satisfeito com esta palhaçada que esta Casa hoje está votando, que vá consultar o funcionalismo do Estado. E eu quero refrescar a memória do nobre Deputado que me antecedeu nesta Tribuna — o funcionalismo estadual não teve aumento em agosto, teve um desdobramento do aumento de maio, do Governo anterior, de Leon Peres; Concedeu aumento em maio, desdobrando, pagando 10% em maio e 10% em agosto. Portanto, estamos a um ano do último aumento. O Governo da União deu aumento ao funcionalismo, com 10 meses e 27 dias, não foi com um ano, como afirmou o Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O Governo do Estado tem condições de dar o aumento, não vamos dizer percentualmente de 20%, mas, tem condições de dar como aumento de vencimentos, e não como abono, porque este abono não vai absolutamente minorar a situação afiliva do funcionalismo. Preferível seria, que o Governo então esperasse os 12 meses, mas, desse um aumento decente, um aumento justo, um aumento consentâneo com a realidade brasileira.

Defender o Governo é uma coisa, atacá-lo também é, ninguém atacou o Governo de desonesto, de corrupto, de nada! Achemos que o atual Governo do Paraná é honesto, é decente, que trabalha para a coletividade, tudo isto nós achamos, mas, achamos também que ele errou, e o grande serviço que se presta a um Governo, segundo expressões do próprio Presidente Médici, que toda a imprensa nacional publicou hoje, quando em entrevista com o Presidente Barriero, que estava muito satisfeito com o Congresso, que o Congresso devia agir independentemente, que só assim estaria servindo a Democracia, criticando o que estivesse errado, e aplaudindo o que estivesse certo.

Criticamos porque achamos que está errado, porque temos absoluta certeza que o Governo tem condições de dar, que seja os 12%, mas, como aumento, não em forma de abono, porque o abono é um engodo que se faz ao funcionalismo público do Estado.

Portanto, era esta a ressalva que eu queria fazer à Casa:

1.o) Que não chamei ninguém de subserviente, que cada um vote de acordo com a sua consciência; aqueles que acham que a Mensagem está correta, que votem favoravelmente; os que assim não acharem, que votem contrariamente.

Eu votarei contra, porque este é o meu pensamento e ninguém o muda, assim como não quero mudar o pensamento de ninguém, mas, não se venha dizer da Tribuna, que o funcionalismo está satisfeito com os 12%. Vão consultar o funcionalismo que ganha salário de fome, para ver se está satisfeito com este engodo que se pretende dar a ele! Ninguém vai ao funcionalismo, ninguém ausculta o pensamento de cada um. Não vão consultar o alto funcionário que ganha mais de 500 cruzeiros, mas vão consultar aquele, pequeno, para saber se ele pode comprar carne uma vez por mês! ganhando 500 cruzeiros que a maioria do funcionalismo percebe. A maioria do funcionalismo percebe salário na faixa do salário mínimo. Este não pode nem comer carne. Na hora em que o Governo vem dizer que não tem condições financeiras para dar o aumento de vencimentos na ordem de 20% verificamos que vários Departamentos estão contratando gente com polposos vencimentos como ocorre com o Instituto de Assistência ao Menor que contratou técnicos com salários de mil ou mil e duzentos mensais, sem a mínima necessidade; porque não se aperta a cinto, porque não se gasta menos com publicidade, por que não se probem contratos que estão se verificando em quase todas as Secretarias do Estado? Por que não diminuem despesas no Governo e não se procura neste equilíbrio entre a receita e a despesa, entre a receita estimada e a despesa realizada, por que não se procura dar uma situação real ao funcionalismo público? Isto ninguém se dedica a fazer. Aqui não se trata de agradar ou não agradar ao Governo. Trata-se de atender aos assalariados. Aqui não tem sentido política eleitoral, mas é no sentido da situação humana. Infelizmente as vozes do consenso não se fizeram ouvir pelos homens do Governo. Não se pode criticar o Líder do Governo nesta Casa. Eu sei que ele se empenhou profundamente junto ao Governador no sentido de demovê-lo desta intenção de dar 12% de abono ao funcionalismo público e nós sabemos que talvez nem seja este o desejo do Governador. Foi ele induzido a isto por maus conselheiros, maus assessores. Eu sei que os Srs. Deputados do Governo lutaram silenciosamente e eu não digo silenciosos porque não vieram à Tribuna, mas junto ao Sr. Governador, a maioria dos Srs. Deputados pretendeu modificar a opinião do Governo a respeito deste aumento do funcionalismo. Eu sei que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mais de uma Comissão de Deputados estiveram mais de uma vez em Palácio e nada conseguiram.

Ainda agora os nobres Deputados Fuad Nacli e os componentes da Comissão de Finanças recusaram a emitir parecer naquela Mensagem. Ora, será possível que só o Deputado Cândido Martins de Oliveira é que esteja certo, se a Comissão de Finanças não quis de maneira nenhuma dar Parecer na Mensagem Governamental por considerar injusta e altamente lesiva aos interesses do funcionalismo público. Foram ao Governo em companhia do Poder receberam novamente uma resposta negativa. Esta Casa está quase vazia. É a revolta dos Srs. Deputados que não querem votar esta monstruosidade. Mas acontece que dentro da política partidária, existe uma regra inviolável. É evidente que aqueles Deputados que têm o dever de dar sustentação a um Governo é evidente que não podem votar contra as determinações da Liderança do Governo nesta Casa. Nós compreendemos a posição dos Srs. Deputados. Sabemos que no íntimo todos querem votar por uma melhoria ao funcionalismo público, todos querem elevar este



percentual, todos querem transformar a Mensagem do Governo de abono para aumento de vencimentos.

Mas são circunstâncias que a auto-crítica obriga a cada um dos membros do Partido a afirmar, a dar sua sustentação política à obra administrativa do Governo. Então, justifico plenamente a posição do Governo.

Justifico-a porque sei que houve muita luta em favor do funcionalismo, sei que houve conformidade de quase todos os Srs. Deputados da ARENA na Mensagem do Governo. A Presidência da Casa foi bem clara, colocou-se frontalmente contra a Mensagem do Governo. Será que todo mundo está errado e só o Governo está certo? Será que o Presidente é demagogo, anti-democrático? Será que é contra o Governo. Será que a Comissão de Finanças pela totalidade dos seus membros também são demagogos? Também considera o Governo, desonesto? Não. Estou contra porque sabem que o Governo não tem condições, ou é só por capricho. Por que o Governo não ascerdeu? Porque é um Governo de técnicos, sem sensibilidade humana, porque nunca foi disputar voto na rua. O Sr. Parigot de Souza ganhou o mandato. Pode ser honesto, ninguém discute, porque ele foi um homem que dirigiu os destinos da COPEL e todos sabem. É pobre e honesto, nós sabemos. Mas é frio, insensível e é calculista. Nunca foi disputar um voto, nunca entendeu as necessidades do povo, nunca teve mendigo à sua porta, nunca atendeu um homem que precisa de internamento, de medicamento, de um cruzeirinho a mais para comprar um litro de leite. Por isso, que os Executivos devem servir-se dos técnicos como assessores. O erro das eleições indiretas infelizmente, é desprestigiar o político e escolher para os postos do Executivo, homens que não têm sensibilidade humana, homens que não conhecem o povo, que não sentem a alma do povo. É a crítica que faço com relação às eleições indiretas. E todos no seu âmago, todos no seu íntimo, estão comigo, apenas uns, têm coragem de vir aqui e dizer o que sentem, por cautela. Não têm a coragem, mas têm cautela. Não ocupam o microfone para dizer o que estou dizendo, por cautela. Neste instante, cada um vota de acordo com a sua consciência. Mas sei que todos, no íntimo, centro do coração estão contra esta Mensagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PINTO DIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, gostaríamos de marcar nossa posição com relação a esta Mensagem do Governador Parigot de Souza.

Inicialmente, pretendemos fazer um apelo ao brilhante e ilustre Deputado Alvaro Dias, um moço que conhecemos e temos na alta conta pelo seu trabalho, pelo seu idealismo, mas nós gostaríamos que ele considerasse esta posição de chamar a Bancada da ARENA de subserviente.

Tenho a impressão, que um Deputado quando se refere a um Deputado da ARENA, ele tem assim um juízo definido, porque várias vezes S. Exa. ocupou a Tribuna, chamando os Deputados da ARENA de subservientes. Prezado Deputado Alvaro Dias, tenho uma posição nesta Casa há quase doze anos de absoluta independência, já participei de quase cinco governos e não fui governo nem em dois mandatos; e voto com o Governo e voto contra o Governo. E às vezes eu voto com o Governo sem analisar o meu voto. Mas hoje eu quero analisar e posso afirmar que eu voto com a Mensagem, contrariado. Voto com a Mensagem, quase com tudo aquilo que disse o Deputado Erondy Silvério, da Tribuna; voto com a Mensagem na certeza de que ela não satisfaz o funcionalismo. E tenho certeza que o funcionalismo não está satisfeito. Mas, posso afirmar aqui, que fui conversar com o Sr. Secretário da Fazenda e ponderei a ele, que fiz a ele um apelo até de que se tivesse possibilidade de considerar esta posição também junto com o Sr. Secretário do Governo. E, tenho a certeza, como disse o Deputado Erondy Silvério, de que quase todos os Deputados da ARENA fizeram este trabalho. Sei que o Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Armando Queiroz, por várias vezes, procurou o Sr. Secretário do Governo para dialogar com ele; sei que o Líder do Governo fez também este trabalho. Mas o Governo nos convenceu que, embora não satisfizesse o funcionalismo, temporariamente seria a solução.

Temos conhecimento de que o Governo está elaborando uma nova Mensagem para que dentro de 60 ou 90 dias, venha a esta Assembléia uma elevação de 20%, incorporando este abono. Então, daí a minha posição, prezado Deputado, não como subserviente; se eu votar agora contra ele, eu vou sacrificar mais ainda o funcionalismo. Então eu voto tranquilamente com esta Mensagem, porque tenho a certeza que o funcionalismo vai ter já, 12% e, dentro de mais alguns dias, terá majoração, porque é uma palavra oficial do Secretário, que nós acreditamos. Tenho a certeza que esta Mensagem antes de agosto, estará na Assembléia. Estou votando com consciência, sabendo que não satisfaz mas não será para agradar ao Executivo. Porque para fazer política não preciso de Executivo. Já fiz críticas em apertados e farei oportunamente, de vários setores do Governo do Professor Parigot de Souza; principalmente da educação e de outros setores que não satisfazem e não estão correspondendo ao Governo dele. Esta Mensagem não satisfaz ao funcionalismo mas a nosso ver, ela é de emergência e vem satisfazer temporariamente e estamos aguardando a Mensagem de 20% que irá incorporar estes 12% que é a palavra do Sr. Secretário. Inclusive do Sr. Secretário do Interior e Justiça, que o Governo está examinando, está estudando e que talvez nos primeiros dias de agosto esta Mensagem esteja na Casa.

Daí a nossa posição, Sr. Presidente, de votar com esta Mensagem, do Governo, que está aí. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Para encaminhar a votação). Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, pela primeira vez, manifestei-me sobre este assunto; assunto por demais delicado.

Já é costume interpretarmos a posição dos que são contrários à aprovação de Mensagem desta ordem, uma posição demagógica que busca uma situação junto a uma determinada área.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui me encontro para declarar contrário a uma elevação desta ordem, sem contudo deixar de reconhecer e de analisar alguns aspectos, com a devida ponderação que o caso merece.

Em casos desta natureza não podem haver dois pesos e duas medidas. Ou fica-se de um lado ou fica-se de outro. Ou concorda-se plenamente com o que propõe o Governo ou se toma atitude frontalmente contrário ao Governo.

Creio que o Deputado Alvaro Dias, Líder em exercício de nossa Bancada, não teve intenção de atingir pessoalmente nenhum dos Srs. Deputados. Talvez, por força de sua dialética, tenha usado um termo um pouco pesado,

mas não foi no desejo, tenho certeza, de atingir pessoalmente a quem quer que seja nesta Casa. Todos os Deputados merecem, de nossa Bancada, todo o respeito correspondente à dignidade com que cada um tem se colocado aqui perante o Paraná, no Legislativo Estadual.

Reconheço a situação crítica e difícil da Bancada da situação, também creio que não está faltando coragem aqui dentro, como foi dito há poucos instantes, nem tão pouco lá fora.

Acho que em assuntos desta natureza há necessidade de se pensar em aspectos de profundidade maior que não se revelam no conteúdo de uma simples Mensagem.

Se o Governo alega não poder dar um aumento maior, lançando mão do abono como socorro, deve ter suas razões que não entendemos pois há poucos instantes usava da Tribuna um Deputado da situação tecendo as maiores loas, criando uma imagem de otimismo, fantástica em relação ao Governo e às condições de nosso Estado. Dizia que o Estado estava uma maravilha, que se contruam estradas, prédios e que o Governo está fazendo encantos no Paraná.

Realmente, está.

Visitem, Srs. Deputados, com os olhos abertos, as Secretarias, os Departamentos do Governo e verifiquem como ali há o supérfluo! Olhem os carros que trafegam nos fins da tarde, levando rechonchudos Secretários para cima e para baixo! Verifiquem, nas estradas do Paraná, o brilho dos veículos do Estado. Para cada centena de veículos particulares deve haver um bom percentual de veículos reluzentes do Estado. E há que se lembrar ainda um aspecto nisto tudo.

A correção, a decência com que procedeu a Bancada da situação, ao ir pleitear, advogar, buscar junto ao Governo uma alteração na Mensagem!

Há de se registrar isto, para se fazer justiça.

Mas, por outro lado há que se esclarecer porque não alteramos a Mensagem. É que, por óbices de ordem constitucional, o Deputado perdeu o poder de legislar em matéria que diz respeito a assuntos financeiros.

E o que cabe aos Deputados? O desabafo, da Tribuna. Justamente esta atitude que tomo para amanhã não ser apontado como omisso num caso desta importância.

Mas eu falava sobre o suntuoso, sobre o supérfluo. Se o Estado não pode, e é dito por homens de responsabilidade reconhecida aceitamos a palavra destes homens. Seria indigno que nós puséssemos em dúvida a palavra dos homens que estão presentes. Aceitamos. Mas, lembremos a estes homens que detêm o Governo, o seu comodismo, as suas vantagens, os seus privilégios que são dados aqueles que, às vezes, têm menos valor, em detrimento dos que têm mais valor, por questões de favoritismo, uma verdadeira praga da política nacional.

Lembremos os banquetes, à luz de candelabros, barquetes faustosos que tantas notícias suscitaram; a publicidade que já gastou bilhões do povo do Paraná, talvez não neste Governo, mas esta situação é, talvez o reflexo de publicidades de governos passados. E o Governo não concede aquilo que devia, aquilo que à sua obrigação conceder ao funcionalismo público do Paraná.

Equipar os vencimentos. Equipar os vencimentos, no meu entender, não com marcos imaginários, mas em relação à evolução da receita. Porque se a receita se corrige naturalmente, não se venha alegar falta de recursos. Se houve desmantelamentos na área da administração, isso não ocorreu por culpa de meu Partido que não deteve o Poder nos últimos anos.

O Poder, nos últimos anos, foi detido pelos mesmos homens que participaram do governo passado. E um deles é o Governador atual, e, na época era Presidente de uma Companhia Estatal.

Lembramos a riqueza de papel "couche" importado, com impressão envernizada dos relatórios acusando a conta das finanças estaduais, o êxito dos financistas estaduais, a riqueza deste Estado.

Quem está mentindo perante a opinião pública o Paraná?

Os homens que dizem que tudo vai bem são os mesmos que dizem que não podem dar aumento ao funcionalismo estadual porque o Estado não possui recursos.

Porque esses homens ora dizem uma coisa, dizem que o Estado vai bem, ora se colocam em contradição ao que afirmam?

Reconheço que a Bancada da Situação outra coisa não possa fazer do que votar favoravelmente a esta Mensagem, são imposições que as circunstâncias lhe impõem.

Arrealisemos, agora, o lado da Assembléia, o lado do Governo, onde fica o aspecto humano da coisa?

O General Meira Mattos falou — porque os generais agora são sociólogos e políticos e dão interpretação da realidade política e social — e procurou enquadrar o Governo Revolucionário dentro do contexto da interpretação cristã. E esse contexto outra coisa não é do que o fundamento da solidariedade humana.

Sei de funcionários que vivem dramas terríveis, que não podem sustentar suas famílias, por exiguidade de seus vencimentos. Precisam apresentar-se, em suas repartições, bem vestidos, com ternos que custam quase um salário, engratados, tais as exigências do trabalho.

Pobres funcionários, tão bem vestidos e lhes falta feijão na panela. Essa é uma verdade irretorquível. Poderá um homem que tem que manter as aparências, viver com um vencimento de 400 cruzeiros? Poderá um Estado agrícola como o nosso, ter apenas 54 agrônomos, quando no Governo Moyses Lupion, em 1952, tinha 150 agrônomos? Hoje, quando o desenvolvimento agrícola de nosso Estado é centuplicado, tem apenas 54 agrônomos, porque o Paraná paga apenas 1 milhão e cinquenta para um agrônomo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao nobre orador que o tempo está esgotado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e concluo fazendo essas ponderações finais. Creio no que disse o Deputado Pinto Dias, o Governo há de mandar uma Mensagem equiparando, foram suas palavras nesse instante. Creio que os Srs. Deputados da situação lutarão por isso e todos nós estaremos aqui para aprovar, com a maior satisfação, aquilo que não é favor, que não é concessão da Assembléia e nem do governo, mas é um direito do homem que trabalha. O Estado deve dar o exemplo de um empregador exemplar que faz com que sua comunidade tenha uma vida digna. Do contrário, o Estado estará criando no bojo daqueles que trabalham para o desenvolvimento do Estado, a revolta e a subversão. — (Com revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje vários reparos foram feitos desta Tribuna e a nós, do MDB, também cabe um, quando se discutia a situação econômica do Pa-



raná e o debate assumiu proporções as mais brilhantes. Usou-se aqui também como argumento, o argumento de que se argumentava em nome de um Partido de antes da Revolução.

Nós também, Srs. Deputados, não poderíamos aceitar alusões dessa natureza nesta Casa. Não só por se constituir num absurdo histórico, porque nem o MDB nem a ARENA existiam antes da Revolução, como também é uma insinuação que não se coaduna com elemento algum de nossa Barcada e, acreditado mesmo, também não com qualquer elemento da Bancada majoritária nesta Casa, porque após 1964, cada um tomou o rumo que melhor lhe ditou sua consciência. E nós, a rigor, do antigo Partido que existia, temos um grande nome em nossa Barcada, que é o Deputado Domicio Scaramella, que, na qualidade de Prefeito do Partido Trabalhista Brasileiro, atravessou a crise à frente da Prefeitura de União da Vitória.

Portanto, ao que nos parece é que vivemos hoje em nosso País um ambiente que não é normal. E há, evidentemente, em conclusão, dos dois lados justificados motivos para mal-entendidos porque, muitas vezes, se interpreta ao avesso aquilo que é dito.

Ainda, como preliminar mas já com vistas a esta nossa declaração de voto, devemos confessar que não se estranha hoje em nosso País que uma matéria que deve ser votada, muitas vezes secretamente, tenha, antes de ser discutida e de ser votada, já definido seu destino.

Quando surgiu, por exemplo, a emenda à Constituição Federal suprimindo a eleição para Governador do Estado pelo povo em 74, a imprensa já noticiava como fato consumado, aquilo que ainda era um Anteprojeto. Não é questão de definição. Ouvi certa vez, um advogado de reais méritos dizer que não é subversão. E que com um revólver na boca qualquer um confessa que incendiou Roma, e confessa mesmo. Não podemos nunca colocar de um lado a Constituição de um povo livre e à frente dele um tanque de guerra. Não há limitações plausíveis e nem campo para luta neste sentido. Uma Constituição é a consciência de um povo e deve representar aquilo que o povo manifestar no seu interesse liberal.

Por isto vemos na mensagem do Governo do Estado algo que contradiz mesmo a técnica que aqui foi combatida. A própria técnica não é seguida nessa Mensagem quando ela discrimina, em seu corpo, a matéria.

Também não me parece de feliz tecnicismo a justificativa de que essa Mensagem atende aos índices de correção monetária do Conselho Nacional de Economia porque esses índices têm sido desmentidos pela própria Fundação Getúlio Vargas. Nós todos, cada um de nós muito melhor do que o Governo, como disse aqui um dos ilustres oradores que me antecederam, onde vai o nosso dinheiro, e o índice real da elevação do custo de vida. Por conseguinte, estabelecer o desnível salarial na razão direta de um desnível no custo de vida, de 20%, é a cada ano que passa, condenar o funcionário público e o trabalhador brasileiro a um regime de fome. Disto ninguém pode fugir.

É por isso que acato a decisão da liderança de minha Bancada, no pronunciamento aqui feito pelo eminente líder Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador, que só dispõe de 1 minuto.

O SR. MUGGIATTI FILHO — E entendo que, embora se preveja, como disse de início, que esta Mensagem terá a sua aprovação, o nosso voto aí fica, o voto do MDB, juntamente com os demais Deputados que irão votar contra a Mensagem, em nome dos quais não tenho a honra de falar, mas, como o MDB, aí fica o nosso voto que não é um voto contra esta Mensagem, mas, é um voto contra a condenação à fome, do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 5-72, oriundo da Mensagem Governamental n.º 1-72.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela Ordem). Sr. Presidente, ao que me parece não há número regimental para a votação. Solicitaria de V. Exa. que efetuasse chamada nominal, para verificar o número legal para a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu pedi a palavra, porque o nobre Deputado Alvaro Dias pediu verificação de quorum e não chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Se o deputado Alvaro Dias houvesse pedido verificação de quorum, teria sido diferente.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Sr. Presidente, para se verificar o quorum é chamada nominal. Para verificação de votação seria diferente. É a decisão da Mesa que achamos que é a correta.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Tenho absoluta certeza que há quorum para a votação. Então V. Exa. não fez soar os timpanos. A Casa tem alguns Deputados a atender as partes. V. Exa. poderia fazer a gentileza de solicitar aos Srs. Secretários que façam soar os timpanos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fará a chamada. Não estávamos presentes e por isso solicito novamente a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)  
O SR. PRESIDENTE — Encontram-se presentes na Casa, 25 Srs. Deputados.

Há quorum para a votação.  
Em votação o Projeto de Lei n.º 5-72. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente. Solicito a V. Exa. que faça constar a Ata, o meu voto contrário ao Projeto que acaba de ser votado.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a exemplo da decisão tomada pelo Deputado Erondy Silvério, pedimos que seja registrado na Ata dos trabalhos, o nosso voto contrário ao Projeto de Lei 5-72.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-72, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970. Parecer favorável da C.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 101-71, aprova Convênio assinado em 19.11.69, pelo Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da área metropolitana de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 2-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio para implantação da Área Metro-

politana de Curitiba, assinado em 19 de novembro de 1969 pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Os Municípios da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos ao Conselho Metropolitano a que o convênio se refere.

Art. 3.º — As obras e serviços do Estado do Paraná, a serem implantados na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizadas coordenadamente com as diretivas do Conselho Metropolitano, adequadas ao planejamento regional e municipal respectivo.

Artigo 4.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 44-71

Curitiba, 16 de novembro de 1971.

PROPOSIÇÃO N.º 101-71

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para ser submetido a Assembléia Legislativa, o incluso Convênio para Implantação da Área Metropolitana de Curitiba, que encontramos assinado, desde o ano de 1969, pelos Prefeitos dos Municípios da referida Área e pelo Governador do Estado.

Este Convênio depende de ratificação da Assembléia, para ser prontamente cumprido e executado.

O Convênio justifica-se pelos seus próprios considerandos da mais alta relevância, aos quais nos reportamos.

Tal implantação é requisito essencial para a coordenação dos interesses representados pelos altos investimentos, tanto públicos como privados, a que tal região sujeita, em vista da concentração de potencial humano e de sua vocação natural.

Permitimo-nos encaminhar projeto de resolução, a fim de que o espírito do Convênio seja imediatamente tomado pela administração dos órgãos e entidades do Estado, compelindo-os ao cumprimento das obrigações assumidas, sem a resistência da rotina burocrática. As soluções flexíveis e integradas para a coordenação dos trabalhos, projetos e obras deverão ter, verdadeiramente, um curso e um impulso à altura do desenvolvimento que se descortina para o Estado, no sentido de atender a modernização da sistemática administrativa — de que o Convênio implicitamente é instrumento.

Por fim, a realização dos objetivos do Convênio será uma experiência que, na medida em que frutificar, poderá ser conduzida, à curto prazo, a outras regiões do Estado definidas as áreas de atuação e a natureza da integração de outros Municípios numa comunidade sócio econômica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER à Proposição N.º 101-71

Trata-se de Mensagem Governamental submetendo convênio assinado pelo então Governador e Prefeitos Municipais, em 1969, para promover a implantação da Região Metropolitana, que tem como centro o Município de Curitiba.

A fonte da iniciativa é o Art. 164, da Constituição Federal e a competência do Governador para torná-la resulta do disposto no n.º IX, do art. 47, da Constituição do Estado.

A remessa com a mensagem, do anteprojeto, nestes casos, é prática inovadora, porquanto sempre se deixa ao legislador a tarefa de enquadrar a matéria nos cânones da técnica legislativa.

No projeto de resolução proposto, há matéria estranha ao âmbito da Resolução.

Todavia, como a mesma tem caráter meramente regulamentar, consequência do próprio Convênio, pode-se mantê-la no texto, sem qualquer efeito prejudicial.

Opino pela aprovação, nos termos do projeto de Resolução proposto pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Paulo Poli

Maurício Fruet

Emílio Carrazzi

Ovidio Franzoni

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 102-71, ratifica o termo aditivo ao Convênio celebrado em 18.8.68, entre o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná. Parecer da C.C.J. favorável. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo Aditivo firmado em 1.º de outubro de 1971, ao Convênio celebrado em 10 de agosto de 1968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Maurício Fruet



MENSAGEM N.º 45-71

Curitiba, 29 de novembro de 1971.

PROPOSIÇÃO N.º 102-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 1.º de outubro de 1971, ao Convênio celebrado em 18 de agosto de 1968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação de medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUMULA: Ratifica o Termo Aditivo firmado em 1.º de outubro de 1971, ao Convênio celebrado em 18 de agosto de 1968, que entre si fazem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná.

PARECER: 1) — O supra-referido projeto de Resolução tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 45-71 e pretende ratificar o Termo Aditivo celebrado em 1.º de outubro de 1971, ao Convênio celebrado em 18 de agosto de 1968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná para execução de obras de eletrificação rural no Estado.

2) — Trata-se de simples Termo Aditivo, razão pela qual, assim entendemos, não fere qualquer preceito, quer de ordem Constitucional quer de ordem legal.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Maurício Fruct

Emílio Carrazzi

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO: — do Projeto de Lei n.º 9-72, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que referencia alienação de área de terras com 242.968 m<sup>2</sup>, situadas em "Morro Caiçaras", Município de Guaratuba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 9-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — Fica referendada a alienação da área de duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados, situada no lugar denominado "Morro Caiçaras", no Município de Guaratuba, como "terras devolutas", conforme o Título de Domicílio Pleno de Terras, expedido pelo Governo do Estado, em data de 19 de agosto de 1960, por força de decisão administrativa resultante do vencido no processo protocolado sob n.º 7.956, de 6 de novembro de 1959, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Deputado Ivo Thomazoni

### JUSTIFICAÇÃO

Considerando que o Poder Executivo expediu o Título de Domicílio Pleno referente à área de 242.968 m<sup>2</sup>, no lugar denominado "Morro das Caiçaras", no então Distrito de Guaratuba, hoje integrante do quadro urbano daquele Município, incidente sobre área dominial em data de 19.08.69, cujo imóvel se acha tombado no Departamento de Patrimônio do Estado;

Considerando que a alienação da área dominial, de acordo com a Constituição do Estado, depende de autorização legislativa, o que não ocorreu com a expedição do aludido Título;

Considerando que, na forma do art. 177 do Código Civil Brasileiro, o eventual direito do Estado em pleitear a decretação de nulidade da venda está prescrito;

Considerando que, consoante iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Estado é parte legítima para pleitear judicialmente a anulação de titulação de áreas quando ele próprio tenha dado causa ao vício da transação;

Considerando que ainda que viesse a ser obtida a anulação judicial, o Estado necessariamente teria que indenizar terceiros de boa-fé que adquiriram essa área, significando pesados onus aos cofres públicos;

Considerando que a aludida área se presta exclusivamente para urbanização, por isso que integra o quadro urbano do Município de Guaratuba e, inexplorado, significa obstáculo ao desenvolvimento daquela cidade balneária;

Considerando que é do interesse do Estado a mencionada urbanização, no sentido de incrementar o turismo em nosso litoral;

Considerando que os atuais adquirentes do mesmo imóvel requererão e obterão do Município de Guaratuba a aprovação de um loteamento nessa área de terras, dispondo-se a urbanizá-la com introdução, às suas expensas, de benfeitorias tais como arruamento, instalação de iluminação pública e de água dando assim ao imóvel a finalidade a que ele se presta;

Considerando que é do interesse do Estado amparar as iniciativas privadas que visam ao desenvolvimento e expansão da área litorânea submetida à alta apreciação da Casa, o presente projeto de lei, que tem por finalidade exclusiva sanar mera irregularidade administrativa.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 9-72

AUTOR: — Dep. Ivo Thomazoni

SUMULA: — Referenda alienação de área de terras, com duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados (242.968 m<sup>2</sup>), situadas em "Morro Caiçaras", Município de Guaratuba.

### PARECER

O Projeto de Lei em tela, visa referendar a alienação da área de duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados (242.968 m<sup>2</sup>), situada na região denominada "Morro Caiçaras" no Município de Guaratuba, como "terras devolutas", conforme o Título de Domicílio Pleno de Terras, expedido pelo Governo do Estado, em data de 19 de agosto de 1960, por força de decisão administrativa resultante do vencido no processo protocolado sob n.º 7.956, de 6 de novembro de 1959, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Considerando que o presente Projeto de Lei, tem por finalidade exclusiva sanar mera irregularidade administrativa, segundo comprova a brilhante justificativa do autor e que o referido Projeto se ajusta às exigências jurídicas e constitucionais, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Luiz Roberto Soares — Santos Lima

Muggiati Filho — Emílio Carrazzi

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

AUTOR: — Dep. Ivo Thomazoni.

SUMULA: — Referenda alienação de área de terras com 242.968 m<sup>2</sup>, situada no "Morro Caiçaras" em Guaratuba.

### PARECER

1.) — O plano de Lei objetiva sanar irregularidade administrativa ocorrida em 1960, quando da alienação de bens dominiais. De acordo com a Constituição do Estado, esta alienação, depende de autorização legislativa, fato a que se procura corrigir através do presente projeto.

2.) — A referida alienação, que poderia ser contestada judicialmente, iria provocar, segundo o autor do projeto, indenização do Estado aos adquirentes, o que importaria em pesados onus aos cofres públicos. Esta área de terra se presta, pela sua localização, a um plano de urbanização, razão pela qual já foram determinadas providências por parte da Municipalidade de Guaratuba.

3.) — Os adquirentes do imóvel, além de se disporem a urbanizar a mencionada área, já convencionaram acordos com 395 (trinta e nove) famílias de pescadores ali residentes. A legalização dessa situação irregular iria, socialmente, dar a esses pescadores uma posse de fato e de direito.

4.) — Acompanham o projeto depoimentos do Prefeito Municipal de Guaratuba, do Presidente da Câmara Municipal daquela comuna e do Presidente da Colônia de Pescadores.

5.) — Por ser economicamente viável, socialmente justa e legalmente possível, o nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.1972.

(aa) Arizone Araujo — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Francisco Escorsin — Marciano Baraniuk — Ilegível

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, pela nomeação do Dr. Carlos Eduardo Accioly Bittencourt como Diretor do Departamento de Renditas Internas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaravello, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de criar e instalar em convênio com diversos Municípios uma patrulha agrícola mecanizada, visando um maior desenvolvimento da agropecuária em toda essa imensa região do sul do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 12.68. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R. no sentido de serem tomadas providências objetivando a conservação e melhoria das estradas do Noroeste paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bellinati, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de três Senhores Deputados e um jornalista da Casa a fim de manter entendimentos com o Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, visando inclusão de uma mais um clube do Paraná no Campeonato Nacional de Futebol a realizarse no ano em curso. — Aprovado. A Presidência designa os Srs. Deputados Lázaro Dumont, Antônio Bellinati e Alvaro Dias, para comporem a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo, tratar de declarar encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 167-70, 171-70, 217-70, 219-70, 221-70, 223-70, 225-70, 227-70, 229-70, 231-70, 233-70, 235-70, 237-70, 239-70, 241-70, 243-70, 245-70, 247-70, 249-70, 251-70, 253-70, 255-70, 257-70, 259-70, 261-70, 263-70, 265-70, 267-70, 269-70, 271-70, 273-70, 275-70, 277-70, 279-70, 281-70, 283-70, 285-70, 287-70, 289-70, 291-70, 293-70, 295-70, 297-70, 299-70, 301-70, 303-70, 305-70, 307-70, 309-70, 311-70, 313-70, 315-70, 317-70, 319-70, 321-70, 323-70, 325-70, 327-70, 329-70, 331-70, 333-70, 335-70, 337-70, 339-70, 341-70, 343-70, 345-70, 347-70, 349-70, 351-70, 353-70, 355-70, 357-70, 359-70, 361-70, 363-70, 365-70, 367-70, 369-70, 371-70, 373-70, 375-70, 377-70, 379-70, 381-70, 383-70, 385-70, 387-70, 389-70, 391-70, 393-70, 395-70, 397-70, 399-70, 401-70, 403-70, 405-70, 407-70, 409-70, 411-70, 413-70, 415-70, 417-70, 419-70, 421-70, 423-70, 425-70, 427-70, 429-70, 431-70, 433-70, 435-70, 437-70, 439-70, 441-70, 443-70, 445-70, 447-70, 449-70, 451-70, 453-70, 455-70, 457-70, 459-70, 461-70, 463-70, 465-70, 467-70, 469-70, 471-70, 473-70, 475-70, 477-70, 479-70, 481-70, 483-70, 485-70, 487-70, 489-70, 491-70, 493-70, 495-70, 497-70, 499-70, 501-70, 503-70, 505-70, 507-70, 509-70, 511-70, 513-70, 515-70, 517-70, 519-70, 521-70, 523-70, 525-70, 527-70, 529-70, 531-70, 533-70, 535-70, 537-70, 539-70, 541-70, 543-70, 545-70, 547-70, 549-70, 551-70, 553-70, 555-70, 557-70, 559-70, 561-70, 563-70, 565-70, 567-70, 569-70, 571-70, 573-70, 575-70, 577-70, 579-70, 581-70, 583-70, 585-70, 587-70, 589-70, 591-70, 593-70, 595-70, 597-70, 599-70, 601-70, 603-70, 605-70, 607-70, 609-70, 611-70, 613-70, 615-70, 617-70, 619-70, 621-70, 623-70, 625-70, 627-70, 629-70, 631-70, 633-70, 635-70, 637-70, 639-70, 641-70, 643-70, 645-70, 647-70, 649-70, 651-70, 653-70, 655-70, 657-70, 659-70, 661-70, 663-70, 665-70, 667-70, 669-70, 671-70, 673-70, 675-70, 677-70, 679-70, 681-70, 683-70, 685-70, 687-70, 689-70, 691-70, 693-70, 695-70, 697-70, 699-70, 701-70, 703-70, 705-70, 707-70, 709-70, 711-70, 713-70, 715-70, 717-70, 719-70, 721-70, 723-70, 725-70, 727-70, 729-70, 731-70, 733-70, 735-70, 737-70, 739-70, 741-70, 743-70, 745-70, 747-70, 749-70, 751-70, 753-70, 755-70, 757-70, 759-70, 761-70, 763-70, 765-70, 767-70, 769-70, 771-70, 773-70, 775-70, 777-70, 779-70, 781-70, 783-70, 785-70, 787-70, 789-70, 791-70, 793-70, 795-70, 797-70, 799-70, 801-70, 803-70, 805-70, 807-70, 809-70, 811-70, 813-70, 815-70, 817-70, 819-70, 821-70, 823-70, 825-70, 827-70, 829-70, 831-70, 833-70, 835-70, 837-70, 839-70, 841-70, 843-70, 845-70, 847-70, 849-70, 851-70, 853-70, 855-70, 857-70, 859-70, 861-70, 863-70, 865-70, 867-70, 869-70, 871-70, 873-70, 875-70, 877-70, 879-70, 881-70, 883-70, 885-70, 887-70, 889-70, 891-70, 893-70, 895-70, 897-70, 899-70, 901-70, 903-70, 905-70, 907-70, 909-70, 911-70, 913-70, 915-70, 917-70, 919-70, 921-70, 923-70, 925-70, 927-70, 929-70, 931-70, 933-70, 935-70, 937-70, 939-70, 941-70, 943-70, 945-70, 947-70, 949-70, 951-70, 953-70, 955-70, 957-70, 959-70, 961-70, 963-70, 965-70, 967-70, 969-70, 971-70, 973-70, 975-70, 977-70, 979-70, 981-70, 983-70, 985-70, 987-70, 989-70, 991-70, 993-70, 995-70, 997-70, 999-70.

Levanta-se a sessão.



## DECRETOS LEGISLATIVOS:

### DECRETO LEGISLATIVO N. 373-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.238-71, de 21 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Duílio Dias, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 14 de outubro de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 374-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4.057, de 17 de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

I — dispensar Lázaro da Silva e Luiz Francisco Fontoura, respectivamente, das funções de Auxiliar de Plenário e de Auxiliar de Portaria, a partir de 17 de junho de 1.971;

II — designar José Cláudio Luz e Noir Pacheco, respectivamente, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria e de Auxiliar de Plenário, percebendo as vantagens a elas inerentes, a partir de 17 de junho de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N.º 375-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.692, de 08 de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

conceder a Durval Daros, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de julho de 1.967 data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 376-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.445 de 31 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de JCÃO CRUZ, ocupante do cargo de nível "PL-16" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 377-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.469, de 1.º de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970, em favor de Ophir Fabelino de Souza, ocupante do cargo da Série de Classes de Oficial Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativa, nível "PL-23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.967 e 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 378-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.577, de 03 de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 em favor de Ayrton Alves Aranha, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Técnico de Administração do Grupo Ocupacional da Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.967, 1.968 e 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 379-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos

protocolados sob os n.ºs 3.021-71, de 18 de maio de 1.971 e 3.759-71 de 09 de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Armando Soichi Iwaya, ocupante do cargo de nível "PL-29" da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os tempos de:

a) — um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no decênio vencido em 14 de abril de 1.960;

b) — seis (06) meses, por haver, em decorrência da contagem anterior, completado mais um quinquênio de servidor público sem se afastar do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 19 de outubro de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 380-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.978-71, de 16 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

conceder para todos os efeitos legais, em favor de Luiz Douglas Ferreira, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, as seguintes vantagens:

a) — contagem do tempo de quatro (04) meses correspondente ao dobro das férias dos anos de 1.969 e 1.970, que deixou de gozar;

b) — incorporação, ao seu acervo de serviço público, do tempo de um (01) ano, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio vencido em 1.º de março de 1.971, e,

c) — acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1.971, o qual, somando aos anteriormente concedidos, perfaz um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 381-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.550-71 de 02 de junho de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, à Maria do Rocio Medeiros Witoslawski, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, a partir da data da publicação do presente Decreto, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio compreendido entre 02 de junho de 1.964 e igual data de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 382-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.397-71, de 27 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a José Estefano Brito Witoslawski, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, a partir da data da publicação do presente Decreto, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio compreendido entre 30 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 383-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.030-71, de 18 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de Leonildo Marchionto, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio compreendido entre 21 de fevereiro de 1.964 e igual data de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 384-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.192, de 20 de maio de 1.971, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Fausto Luiz Abry, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial



a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 1.º de outubro de 1953 e igual data de 1963.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 385-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.335-71, de 26 de maio de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Ruth da Silva Lopes, ocupante do cargo de nível "PL-14" da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 07 de novembro de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 386-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.258, de 24 de maio de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

conceder a Alberto Savoia Assaf, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal a Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 04 de outubro de 1.970, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 387-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.321-71 de 26 de maio de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Joel Nelson Hecke, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 08 de fevereiro de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 388-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.429-71, de 29 de abril de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Orlando Sabotto, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os acréscimos quinquenais de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez (10%), a partir de 04 de janeiro de 1.971 data em que tomou posse no cargo para o qual foi nomeado nesta Casa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 389-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.771, de 08 de junho de 1971, deste Poder,

RESOLVE

conceder a Hilton Ronald Alice, ocupante do cargo de nível "PL-30", da

Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 17 de junho de 1.971, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 390-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.371, de 27 de maio de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

conceder a Cesar Augusto Agostini Pinto Nunes, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Escriturário do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 07 de junho de 1.971, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 391-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.281-71, de 25 de maio de 1.971, tendo em apenso o de n. 3.464-71, de 1.º de junho de 1.971, deste Poder,

RESOLVE

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1.970, a Alaide Maria Loffaguen Cherubino, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses a partir da data da publicação do presente Decreto, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 07 de janeiro de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 392-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.609-71, de 05 de maio de 1971, deste Poder,

RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1.970, em favor de Carlos Douglas Bukowski, ocupante do cargo de nível "PL-29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 07 de maio de 1962 e igual data de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de julho de 1971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 393-71

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.925, de 12 de abril de 1.971, deste Poder

RESOLVE

conceder, com base no disposto pelo Art. 138, inciso I, combinado com os Arts. 224 e 139, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, aposentadoria à Vicentina Marafio dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fixando seus proventos de inatividade em Cr\$ 5.520,96 (cinco mil, quinhentos e vinte cruzeiros e noventa e seis centavos), anuais e integrais, inclusive acréscimos trienais de dez por cento (10%) e acréscimo quinquenal de cinco por cento (05%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de julho de 1.971.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL  
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

SECÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

ATIVO

ORÇAMENTO DA DESPESA  
ORÇAMENTO DA DESPESA COM PREVISÃO

Créditos Orçamentários

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO  
1.º TRIMESTRE — MARÇO DE 1.972

10  
101  
101.101

29.799.745,00

29.799.745,00

29.799.745,00



PASSIVO

111	DESPESA AUTORIZADA		
111.1	CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES		
111.1.1	AUTORIZADOS		
111.1.1.1	DESPESAS CORRENTES		
111.1.1.1.1	DESPESAS DE CUSTEIO		
111.1.1.1.1.1	Pessoal Civil		
111.1.1.1.1.1.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	13.113.511,00	
111.1.1.1.1.1.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	5.155.956,00	
111.1.1.1.1.2	Material de Consumo	540.520,00	
111.1.1.1.1.3	Serviços de Terceiros	666.900,00	
111.1.1.1.1.4	Encargos Diversos	725.000,00	
111.1.1.1.1.5	Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00	20.301.887,00
111.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
111.1.1.2.1	Subvenções Sociais	2.780.000,00	
111.1.1.2.2	Transferências de Assistência e Previdência Social		
111.1.1.2.2.1	Inativos	2.131.894,00	
111.1.1.2.2.2	Pensionistas	185.882,00	
111.1.1.2.2.3	Salário Família	266.580,00	
111.1.1.2.2.4	Contribuições de Previdência Social	282.402,00	5.646.708,00
111.2	DESPESAS DE CAPITAL		
111.2.1	INVESTIMENTOS		
111.2.1.1	Equipamentos e Instalações	857.100,00	
111.2.1.2	Material Permanente	594.050,00	1.451.150,00
111.2.2	INVERSÕES FINANCEIRAS		
111.2.2.1	Aquisições de Imóveis	400.000,00	400.000,00
111.2.3	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
111.2.3.1	Auxílios para Obras Públicas	2.000.000,00	2.000.000,00
			29.799.745,00

SISTEMA FINANCEIRO

20	ATIVO FINANCEIRO		
20.1	DISPONÍVEL		
20.1.1	Tesouraria	3.043.079,21	3.043.079,21
20.2	EXECUÇÃO DA DESPESA		
20.2.1	CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES		
20.2.1.1	DESPESAS CORRENTES		
20.2.1.1.1	DESPESAS DE CUSTEIO		
20.2.1.1.1.1	Pessoal Civil		
20.2.1.1.1.1.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.506.419,58	
20.2.1.1.1.1.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	952.335,58	
20.2.1.1.1.2	Material de Consumo	87.716,28	
20.2.1.1.1.3	Serviços de Terceiros	133.207,42	
20.2.1.1.1.4	Encargos Diversos	367.180,00	
20.2.1.1.1.5	Despesas de Exercícios Anteriores	35.298,74	
20.2.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
20.2.1.1.2.1	Subvenções Sociais	881.700,00	
20.2.1.1.2.2	Transferências de Assistência e Previdência Social		
20.2.1.1.2.2.1	Inativos	405.905,55	
20.2.1.1.2.2.2	Pensionistas	45.923,94	
20.2.1.1.2.2.3	Salário Família	46.807,20	
20.2.1.1.2.2.4	Contribuições de Previdência Social	—	
20.2.1.1.2.3	DESPESAS DE CAPITAL		
20.2.1.1.2.3.1	Investimentos		
20.2.1.1.2.3.1.1	Equipamentos e Instalações	68.992,43	
20.2.1.1.2.3.1.2	Material Permanente	5.409,36	
20.2.1.1.2.3.2	INVERSÕES FINANCEIRAS		
20.2.1.1.2.3.2.1	Aquisições de Imóveis	—	
20.2.1.1.2.3.3	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
20.2.1.1.2.3.3.1	Auxílio Para Obras Públicas	—	5.519.846,14
20.3	DESPESAS DIFERIDAS		
20.3.1	Governo do Estado	476.000,00	476.000,00
			9.038.925,35

PASSIVO

21	PASSIVO FINANCEIRO		
21.1	LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA		
21.1.1	PESSOAL		
21.1.1.1	Despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas	2.610.000,00	
21.1.1.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	1.140.000,00	
21.1.1.3	Inativos	420.000,00	
21.1.1.4	Pensionistas	55.000,00	
21.1.1.5	Salário Família	55.000,00	
21.1.1.6	Contribuições de Previdência Social	—	4.280.000,00
21.1.2	OUTRAS DESPESAS		
21.1.2.1	Material de Consumo	83.192,30	
21.1.2.2	Serviços de Terceiros	135.000,00	
21.1.2.3	Encargos Diversos	390.000,00	
21.1.2.4	Despesas de Exercícios Anteriores	45.000,00	
21.1.2.5	Subvenções Sociais	930.000,00	
21.1.2.6	Equipamentos e Instalações	150.000,00	
21.1.2.7	Material Permanente	45.000,00	1.768.192,30
21.2	DESPESAS EMPENHADAS		
21.2.1	Credores Por Empenhos	735.578,19	735.578,19
21.3	DESPESAS PROCESSADAS		
21.3.1	Credores Por Despesas Processadas	23.702,95	23.702,95
21.3.2	Fôlha de Pagamento		
21.3.2.1	Mês de janeiro	267,00	
21.3.2.2	Mês de fevereiro	1.335,00	
21.3.2.3	Mês de março	157.613,57	159.215,57



213.3	RESTITUIÇÕES			
213.302	Vencimentos Retidos . . . . .	3.379,83	3.379,83	186.298,35
215	CONTAS PENDENTES			
215.102	Outras Contas Pendentes . . . . .	11.995,70	11.995,79	11.995,79
216	RESTOS A PAGAR			
216.101	Restos a Pagar — Empenhados . . . . .	2.044.123,64		
216.102	Restos a Pagar — Processados . . . . .	12.737,08	2.056.860,72	2.056.860,72
	SOMA DO PASSIVO . . . . .			9.038.925,35

Palácio "19 de Dezembro", Contabilidade Geral, em 31 de março de 1.972

VISTO: Gabriel Luiz Franceschi — Chefe Secção Contabilidade Geral  
 Aimoré Od Rocha — Contador Geral  
 Edgar Távora Junior — Diretor do D.F.C.P. José Paulo Orth — Chefe Divisão Contabilidade

## DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL

DIVISÃO DE CONTABILIDADE  
SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

## BALANÇO 1.º Trim. DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1.972

	ORÇADO	DISPENDIDO	SALDO
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES . . . . .	25.948.595,00	5.445.444,35
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO . . . . .	20.301.867,00	4.065.107,66
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL . . . . .	18.269.467,00	3.461.755,16
3.1.1.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	13.113.511,00	2.508.419,58
3.1.1.1.02	Despesas Variáveis com o Pessoal Civil . . . . .	5.155.956,00	953.335,58
3.1.2.0	Material de Consumo . . . . .	540.520,00	67.716,28
3.1.3.0	Serviços de Terceiros . . . . .	666.960,00	133.207,48
3.1.4.0	Encargos Diversos . . . . .	725.000,00	367.130,00
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	100.000,00	35.298,74
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES . . . . .	5.646.708,00	1.380.336,69
3.2.1.0	Subvenções Sociais . . . . .	2.780.000,00	881.700,00
3.2.3.0	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL . . . . .	2.584.366,00	498.636,69
3.2.3.1	Inativos . . . . .	2.131.894,00	405.905,55
3.2.3.2	Pensionistas . . . . .	185.832,00	45.923,94
3.2.3.3	Salário Família . . . . .	266.580,00	46.807,20
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social . . . . .	282.402,00	—0—
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL . . . . .	3.851.150,00	74.401,79
4.1.0.0	INVESTIMENTOS . . . . .	1.451.150,00	74.401,79
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações . . . . .	857.100,00	68.992,43
4.1.4.0	Material Permanente . . . . .	594.050,00	5.409,36
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS . . . . .	400.000,00	—0—
4.2.1.0	Aquisições de Imóveis . . . . .	400.000,00	—0—
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL . . . . .	2.000.000,00	—0—
4.3.3.0	Auxílio para Obras Públicas . . . . .	2.000.000,00	—0—
	TOTAL GERAL . . . . .	29.799.745,00	5.519.846,14

Curitiba, 31 de março de 1.972  
 Edgar Távora Junior — Diretor do D.F.C.P.  
 Aimoré Od Rocha — Contador Geral  
 Ronaldo Baptista — Chefe da S. de Contas